

Por todo o país, repúdio ao arbítrio

Bolsonaro inventa de

comemorar ditadura,

mas viaja para Israel

Reprodução



Camiseta do Flamengo faz homenagem a Stuart Angel

Torcedores do Flamengo fizeram ato em memória a Stuart Angel, bicampeão de remo pelo clube, na sede de remo do clube. Eles apresentaram a irmã de Stuart, Hildegard Angel, com uma camisa escrito seu nome e a idade que ele foi assassinado pela ditadura, 25 anos. **P. 4**



Se o objetivo era tornar mais viva lembrança das atrocidades, conseguiu

Todos rememoraram a ditadura. Alguns lembraram da censura, tão estúpida que proibia até propaganda de peru da Sadia, porque, diziam os censores, a palavra “peru” possuía “dupla conotação”. No domingo, dia 31, a torcida do Flamengo homenageou Stuart Angel Jones, torturado e assassinado aos 25 anos. Em São Paulo, os estudantes homenagearam Alexandre Vannucchi Leme, morto aos 22 anos, sob tortura. No Rio, homenagearam Mário Prata e Marilena Vilas Boas, assassinados em 1971. Em Brasília, homenagearam Honestino Guimarães, desaparecido em 1973. **Página 3**

Crise se agrava e falta emprego para 27,9 milhões de pessoas

Porto Alegre: Estudantes saem às ruas pelo ensino e democracia

Na capital gaúcha, quatro mil estudantes participaram de manifestação contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra a reforma da Previdência e o fechamento de escolas e pela democracia. O protesto dos estudantes secundaristas foi convocado pela UGES e UMESPA. **Página 4**



Estudantes foram às ruas nos 51 anos do assassinato de Edson Luís pela ditadura



No Ibirapuera (foto) e na Av. Paulista foram realizados atos no dia 31 de março

27,9 milhões de brasileiros estão sem emprego – ou 24,6% da força de trabalho do país, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número soma os desempregados, os subempregados e os que não procuraram emprego por desalento. A taxa de desemprego cresceu para 12,4% no trimestre mó-

vel encerrado em fevereiro, totalizando 13,1 milhões de desempregados. No período de três meses anterior (setembro a novembro), a taxa era de 11,6% – o que representa, em números, mais 892 mil pessoas sem emprego. Trata-se do maior número de desempregados no país em dez meses ou desde agosto de 2018. **Pág. 2**

A reforma da Previdência sacrifica os mais pobres, afirmam bispos do Brasil

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunido entre os dias 26 e 28 de março, em Brasília (DF), emitiu mensagem alertando sobre a proposta de Reforma da Previdência do governo: “As mudanças contidas na PEC 06/2019



sacrificam os mais pobres, penalizam as mulheres e os trabalhadores rurais, punem as pessoas com deficiência e geram desânimo quanto à seguridade social”. **Página 2**

Vale fraudava exportações para Suíça e sonega 24 bilhões em impostos entre 2009 e 2015

Estudo do Instituto de Justiça Fiscal (IJF) aponta que a mineradora privatizada forjou exportações para a Suíça para sonegar ao menos R\$ 24 bilhões em impostos entre 2009 e 2015. O valor é superior ao congelado

pela Justiça por conta da criminoso tragédia de Brumadinho, que matou 216 pessoas e deixou 88 desaparecidos. As vendas fictícias incluíam embarque em navio para a Suíça, que sequer tem litoral. **Página 4**

Atos lembram assassinados pela ditadura

No sábado (30), um grupo de pessoas realizou um ato contra o golpe, em frente ao prédio do antigo DOI-CODI, no bairro da

Vila Mariana, na Zona Sul de São Paulo. No Rio de Janeiro e por todo o país, atos marcaram o “ditadura nunca mais”. **Pág. 4**

Chilenos exigem fim da capitalização da Previdência

Desemprego e subemprego continuam subindo, diz IBGE

Com a crise econômica que assola o país, a taxa de desemprego cresceu para 12,4% no trimestre móvel encerrado em fevereiro, totalizando 13,1 milhões de trabalhadores desempregados, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (28). No período de três meses anterior (setembro a novembro), a taxa era de 11,6% – o que representa, em números, mais 892 mil pessoas sem emprego. Trata-se do maior número de desempregados no país em dez meses ou desde agosto de 2018.

Conforme o IBGE, a taxa de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) subiu. Falta emprego para **27,9 milhões** de pessoas – ou 24,6% da força de trabalho do país.

Expressão dessa tragédia que atinge milhões de famílias brasileiras foi a multidão que, há três dias atrás, lotou o Vale do Anhangabaú, no centro da capital paulista, em busca de uma vaga de emprego, com um salário médio de R\$ 1.500,00.

Segundo os critérios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua), do IBGE, são considerados “desocupados” os trabalhadores sem emprego que procuraram ocupação nos 30 dias que antecedem a pesquisa.

A administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais foi o setor que mais dispensou trabalhadores na comparação com os três meses anteriores, com um corte de 574 mil pessoas. Indústria (-198 mil) e construção (-155 mil) também reduziram o número de trabalhadores.

Desalento

O número de pessoas desalentadas, ou seja, que desistiram de procurar emprego, bateu recorde da série alcançando 4,9 milhões de pessoas. Sobre o trimestre anterior, houve um aumento de 275 mil pessoas nessa condição.

Outro recorde alcançado no trimestre de dezembro a fevereiro de 2019 foi o da população fora da força de trabalho: 65,7 milhões de pessoas.

Subemprego

O número de trabalhadores por conta própria ficou estável em relação aos três meses anteriores, em 23,8 milhões. Mas, frente aos mesmos meses do ano passado, houve uma alta de 2,8%, equivalente a 644 mil pessoas que se viram em busca de algum bico para alimentar sua família.

Os números do IBGE abaixo sintetizam a situação dramática que atinge milhões de lares brasileiros:

A população desocupada (13,1 milhões) cresceu 7,3% (mais 892 mil pessoas) frente ao trimestre de setembro a novembro de 2018 (12,2 milhões). No confronto com igual trimestre de 2018, manteve-se a estabilidade.

A população ocupada (92,1 milhões) caiu -1,1% (menos 1,062 milhão de pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 e cresceu 1,1% (mais 1,036 milhão de pessoas) em relação ao trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018.

A população fora da força de trabalho (65,7 milhões) é recorde da série histórica, com altas de 0,9% (mais 595 mil pessoas) frente ao trimestre de setembro a novembro de 2018 e de 1,2% (mais 754 mil pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2018.

A taxa de subutilização da força de trabalho (24,6%) no trimestre encerrado em fevereiro de 2019 subiu 0,8 p.p. em relação ao trimestre anterior (23,9%). No confronto com o mesmo trimestre móvel do ano anterior (24,2%), ela subiu 0,4 p.p.

A população subutilizada (27,9 milhões) é recorde da série histórica, com alta de 3,3% (mais 901 mil pessoas) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 (27,0 milhões) e de 2,9% (mais 795 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018.

O número de **pessoas desalentadas (4,9 milhões)** é recorde da série histórica, ficando estável em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 e subindo 6,0% (mais 275 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior.

O percentual de pessoas desalentadas (4,4%) manteve o recorde da série, ficando estável em relação ao trimestre anterior e subindo 0,2 p.p. contra o mesmo trimestre móvel de 2018 (4,2%).

O número de **empregados no setor privado** com carteira assinada (exclusive trabalhadores domésticos) foi de 33,0 milhões de pessoas, ficando estável em ambas as comparações. Já o número de empregados sem carteira assinada (11,1 milhões) caiu (-4,8%) na comparação com o trimestre anterior (menos 561 mil pessoas) e subiu 3,4% (mais 367 mil pessoas) comparado ao mesmo trimestre de 2018.

A categoria dos **trabalhadores por conta própria (23,8 milhões)** ficou estável na comparação com o trimestre anterior e cresceu 2,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (mais 644 mil pessoas).

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Para pagar juros a bancos, governo corta R\$ 29,6 bilhões do Orçamento



Divulgação/CNBB

Conselho Permanente do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
Em mensagem, CNBB condena mudanças na Previdência
“Reforma penaliza os mais pobres, as mulheres e os trabalhadores rurais”

Os bispos que integram o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos entre os dias 26 e 28 de março, em Brasília (DF), emitiram uma mensagem na qual demonstram preocupação com a proposta de Reforma da Previdência – PEC 06/2019 encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional.

Segundo a CNBB, “as mudanças contidas na PEC 06/2019 sacrificam os mais pobres, penalizam as mulheres e os trabalhadores rurais, punem as pessoas com deficiência e geram desânimo quanto à seguridade social, sobretudo, nos desempregados e nas gerações mais jovens”.

Na mensagem, a entidade reafirma sua posição divulgada em março de 2017 de que “o sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores ético-sociais e solidários”.

Por fim, a CNBB conclama as comunidades eclesiais e as organizações da sociedade civil a participarem ativamente desse debate para que “defendam os direitos constitucionais que garantem a cidadania para todos”.

Reproduzimos, a seguir, a íntegra da nota assinada pelo presidente da CNBB Cardeal Sérgio da Rocha, Arcebispo de Brasília; pelo vice-presidente Dom Murilo S. R. Krieger, Arcebispo de Salvador; e pelo secretário-geral Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília.

MENSAGEM DO CONSELHO PERMANENTE DA CNBB

“Serás libertado pelo direito e pela justiça”
(cf. Is 1,27)

Nós, bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunidos em Brasília-DF nos dias 26 a 28 de março de 2019, assistidos pela graça de Deus, acompanhados pela oração da Igreja

ja e fortalecidos pelo apoio das comunidades eclesiais, esforçamo-nos por cumprir nossa missão profética de pastores no anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo e na denúncia de acontecimentos e situações que se opõem ao Reino de Deus.

A missão da Igreja, que nasce do Evangelho e se alimenta da Eucaristia, orienta-se também pela Doutrina Social da Igreja. Esta missão é perene e visa ao bem dos filhos e filhas de Deus, especialmente, dos mais pobres e vulneráveis, como nos exorta o próprio Cristo: “Todas as vezes que fizestes isso a um destes pequeninos que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40). Por isso, nosso olhar se volta constantemente para a realidade do país, preocupados com propostas e encaminhamentos políticos que ameacem a vida e a dignidade dos pequenos e pobres.

Dentre nossas atuais preocupações, destaca-se a reforma da Previdência – PEC 06/2019 – apresentada pelo Governo para debate e aprovação no Congresso Nacional. Reafirmamos que “o sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores ético-sociais e solidários” (Nota da CNBB, março/2017).

Reconhecemos que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, adequado à Seguridade Social. Alertamos, no entanto, que as mudanças contidas na PEC 06/2019 sacrificam os mais pobres, penalizam as mulheres e os trabalhadores rurais, punem as pessoas com deficiência e geram desânimo quanto à seguridade social, sobretudo, nos desempregados e nas gerações mais jovens. O discurso de que a reforma corta privilégios precisa deixar claro quais são esses privilégios, quem os possui e qual é a quota de sacrifício dos privilegiados, bem como a forma de combater a sonegação e de cobrar os

devedores da Previdência Social. A conta da transição do atual regime para o regime de capitalização, proposto pela reforma, não pode ser paga pelos pobres. Consideramos grave o fato de a PEC 06/2019 transferir da Constituição para leis complementares regras previdenciárias como idades de concessão, carências, formas de cálculo de valores e reajustes, promovendo desconstruções da Constituição Cidadã (1988).

Fazemos um apelo ao Congresso Nacional que favoreça o debate público sobre esta proposta de reforma da Previdência que incide na vida de todos os brasileiros. Conclamamos as comunidades eclesiais e as organizações da sociedade civil a participarem ativamente desse debate para que, no diálogo, defendam os direitos constitucionais que garantem a cidadania para todos.

Ao se manifestar sobre estas e outras questões que dizem respeito à realidade político-social do Brasil, a Igreja o faz na defesa dos pobres e excluídos. Trata-se de um apelo da espiritualidade cristã, da ética social e do compromisso de toda a sociedade com a construção do bem comum e com a defesa do Estado Democrático de Direito.

O tempo quaresmal, vivido na prática da oração, do jejum e da caridade, nos leva para a Páscoa que garante a vitória, em Jesus, sobre os sofrimentos e aflições. Anima-nos a esperança que vem de Cristo e de sua cruz, como ensina o papa Francisco: “O triunfo cristão é sempre uma cruz, mas cruz que é, simultaneamente, estandarte de vitória, que se empunha com ternura batalhadora contra as investidas do mal” (Evangelii Gaudium, 85). Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, interceda por todos os brasileiros e brasileiras!

Brasília-DF, 28 de março de 2019.

Cardeal Sergio da Rocha, Arcebispo de Brasília, Presidente da CNBB; Dom Murilo S. R. Krieger, Arcebispo de Salvador, Vice-Presidente da CNBB, e Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da CNBB

Remédios aumentam acima do reajuste dos aposentados

Os preços dos remédios estão mais caros a partir deste domingo (31). O governo federal autorizou um reajuste de até 4,33% no preço dos produtos para 2019. Acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumula de março do ano passado até fevereiro deste ano 3,89%.

O aumento é generalizado para todos os tipos de

remédios, penalizando, em particular, os aposentados que dependem dos medicamentos de uso contínuo.

Para a população em geral, é mais um aumento que vai reduzir ainda mais sua renda.

Os aposentados que recebem acima de um salário mínimo tiveram seu reajuste pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de apenas 3,43%

em 2018. Abaixo do IPCA – índice oficial da inflação – que encerrou o ano de 2018 de 3,75%. O aumento dos remédios praticamente anula o reajuste do salário mínimo que foi de 4,6%.

O aumento está publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU) de ontem em decisão da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed).

Minas e Energia (79,5% do total), Ciência e Tecnologia (41,97%), Infraestrutura (39,46%), Defesa (38,61%) e Turismo (37,12%) foram os ministérios mais atingidos pelo bloqueio

Em edição extraordinária do Diário Oficial da União, o governo publicou na sexta-feira (29/03) o Decreto 9.741/19 com detalhamento do corte de R\$ 29,58 bilhões no Orçamento.

Segundo nota do Ministério da Economia, esse congelamento (mensal), é “para fins de cumprimento da meta de resultado primário do Governo Central”, com previsão de déficit primário (sem contar os juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões para este ano.

Como é sabido, faça chuva ou faça sol, os gastos com juros são intocáveis e não entram na conta do “ajuste fiscal” neoliberal.

Na verdade, todo o resultado produtivo do povo brasileiro - além de recursos advindos de privatizações, leilões de campos de petróleo, desvio de recursos da Seguridade Social etc. - vai parar na vala comum do “ajuste fiscal”, para garantir a transferência de recursos públicos para os bancos.

Daí o empenho para a realização ainda este ano do leilão do petróleo excedente da cessão onerosa (cerca de 15 bilhões de barris de petróleo no pré-sal), com estimativa de arrecadação de R\$ 100 bilhões. Além da intenção da privatização da Eletrobrás, não importando o crime cometido contra o país.

Em valores absolutos, as áreas mais atingidas pela tesoura do governo foram Educação (R\$ 5,83 bilhões), Defesa (R\$ 5,1 bilhões), Infraestrutura (R\$ 4,3 bilhões), Minas e Energia (R\$ 3,76 bilhões) e Economia (R\$ 3,63 bilhões).

Em termos percentuais, o maior corte aconteceu no Ministério de Minas e Energia (79,5% do total), seguido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (41,97%), Infraestrutura (39,46%), Defesa (38,61%) e Turismo (37,12%).

Como já ocorreu em outros anos - suspensão de emissão de passaportes e redução das fiscalizações contra o trabalho escravo e dos recursos das universidades federais -, o corte no orçamento vai atingir em cheio serviços essenciais para o país.

E o caso da fiscalização das barragens de mineração.

“A situação da ANM [Agência Nacional de Mineração] já está complicada em todo o país. Falta dinheiro para realizarmos a maior parte das atividades. A retirada de qualquer centavo da agência vai impedir que a gente atinja a meta que nos foi imposta de fiscalizar ao menos as 200 barragens em situação

de risco no Brasil”, afirmou o fiscal e diretor da Associação Nacional dos Servidores da ANM André Marques, em entrevista ao jornal O Tempo.

Já há registro da falta de óleo diesel para as caminhonetes usadas na fiscalização.

De acordo com o Marques, a Associação irá encaminhar um documento ao ministério da Economia para pedir “que eles possam olhar com mais atenção para um órgão que em a responsabilidade de fiscalizar estruturas que podem colocar milhares de pessoas em risco”.

Os funcionários da ANM estimam um corte de 70% dos recursos da agência.

As emendas parlamentares (através das quais deputados e senadores indicam investimentos em obras e serviços nos seus estados e municípios) tiveram contingenciamento de R\$ 2,95 bilhões. As emendas impositivas individuais tiveram bloqueio de R\$ 1,965 bilhão e as emendas impositivas de bancada, R\$ 990 milhões.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou uma proposta de emenda constitucional (PEC) que obriga o governo a executar as emendas dos parlamentares. A PEC precisa ainda ser aprovada pelo Senado.

O decreto estabeleceu ainda uma reserva orçamentária de R\$ 5,37 bilhões, não prevista Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019. Tudo para reter recursos que deveriam ser aplicados para a melhoria dos serviços públicos e para impulsionar a economia.

O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, disse que o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu para R\$ 90 bilhões neste ano.

Também na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou pesquisa registrando que no trimestre encerrado em fevereiro subiu para 12,4%, atingindo 13,1 milhões de trabalhadores.

Ou seja, a situação exige aumento de investimento público e não o contrário.

Corte em custeio e investimento é tudo o que não precisamos no momento. Muito menos a manutenção dos juros reais na estratosfera.

Mas com Guedes à frente da economia - repetindo Meirelles, Levy & Cia. -, o máximo que o governo consegue esboçar é manutenção dessa mesma política. Além de tentar repassar o controle dos recursos da Previdência aos bancos.

VALDO ALBUQUERQUE

Previsão de crescimento do PIB recua para menos de 2%

O Banco Central divulgou nesta segunda-feira (1º) o boletim “Focus” com uma previsão de crescimento de 1,98% para o Produto Interno Bruto (PIB).

Pela primeira vez este ano o boletim semanal estima uma variação abaixo de 2% para a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

Em janeiro, a previsão do “Focus” para o PIB era de alta de 2,6%. Depois foi caindo paulatinamente até chegar a 1,98% desta semana.

O boletim é produzido semanalmente através de pesquisa com mais de 100 economistas de instituições financeiras.

Na última revisão do orçamento deste ano, o Ministério da Economia projetou um crescimento de 2,2% para 2019.

Em 2018, o PIB repetiu o fiasco do ano anterior e avançou apenas 1,1%.de US\$ 50,50 bilhões para US\$ 50,25 bilhões.

Bolsonaro provoca e povo vai às ruas contra ditadura



Reprodução/Facebook

Governador do Maranhão: ‘Precisamos de um projeto nacional de soberania’

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que a “causa da libertação nacional, ou da luta anti-imperialista, é importante para que tenhamos condições econômicas para o bem viver dos brasileiros”.

“As condições econômicas para o financiamento disto [do bem viver] dependem de um projeto nacional de soberania. Porque sem isto, não teremos condições econômicas para financiar o conjunto de políticas públicas que nós precisamos para universalizar direitos para o povo mais pobre”, declarou na quinta-feira (28), em debate no Clube de Engenharia.

O governador do Maranhão foi o primeiro convidado do Clube no ciclo de palestras “Brasil: Nação protagonista”, com o tema “A questão nacional e o desenvolvimento brasileiro”.

O ato foi dirigido pelo presidente do Clube, Pedro Celestino da Silva Pereira Filho. Na mesa, além de Flávio Dino e Pedro Celestino, estavam também o ex-presidente do Clube, Raimundo Oliveira, o ex-senador Roberto Saturnino Braga, o presidente da Academia Nacional de Engenharia e ex-presidente do Clube, Francis Bogossian, e o presidente da Fundação Maurício Grabois e membro da direção nacional do PCdoB, Renato Rabelo.

“Esta é a casa da engenharia, da democracia e da soberania. O governador Flávio Dino não é engenheiro, mas é um democrata e luta pela soberania. É simbólico que seja o primeiro dos governadores a ser por nós convidado. E pelas credenciais que apresenta e apresentou ao longo da sua trajetória profissional e política. Um batalhador que confia no seu taco”, disse Pedro Celestino ao anunciar o governador maranhense.

Flávio Dino começou sua explanação com um diagnóstico do momento em que o país vive com “um governo posicionado assumidamente à extrema-direita do espectro político, oriundo do voto popular. Nunca na história tivemos uma conjuntura com esta marca”.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Lava Jato no Rio denuncia Temer e Moreira Franco

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro denunciou Michel Temer (MDB), o ex-ministro Moreira Franco (Minas e Energia) e outros investigados por desvios de R\$ 18 milhões de verbas pública nas obras da usina nuclear de Angra 3.

A Procuradoria da República apresentou duas acusações formais contra Michel Temer. Uma por corrupção e lavagem de dinheiro e outra por peculato e lavagem de dinheiro.

A força-tarefa da Lava Jato aponta que Michel Temer, Moreira Franco e João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, cometeram cri-

mes de corrupção passiva, peculato (apropriação de verbas públicas) e lavagem de dinheiro.

Segundo os procuradores, os crimes envolvem a contratação irregular da empresa finlandesa AF Consult Ltd, da Argeplan e da Engevix para a execução do contrato de engenharia eletromecânico 01 da usina nuclear. A Lava Jato denuncia que houve lavagem de dinheiro por meio de pagamentos de empresas como a Construbase Engenharia, que repassava valores para a PDA Projetos, controlada por Lima.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Vice-líder do PSDB cobra explicações do governo sobre suposto déficit da Previdência

O deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB), vice-líder do partido na Câmara Federal, cobrou explicações do governo sobre os números divulgados pela equipe econômica do Planalto referentes a uma suposta crise na Previdência Social.

Ele destaca que, se há déficit, isso tem que ser comprovado pelo governo federal.

“Tem que apontar os dados sobre déficit, arrecadação, etc”, disse o deputado.

O parlamentar quer saber “onde estão os

verdadeiros desequilíbrios”. Ele questionou também o governo sobre “quais as categorias que mais são beneficiadas ou prejudicadas”.

“Sem transparência, a reforma da previdência não passa”, garantiu o vice-líder dos tucanos.

“Falam em economia de R\$ 1 trilhão com a reforma da Previdência, mas não mostram os cálculos”, observou Ruy Carneiro, em mensagem nas redes sociais, compartilhada pelo ex-governador Ciro Gomes (PDT).

Para emedebista, Bolsonaro é “despreparado e paranóico”

O ex-governador do Mato Grosso e deputado federal licenciado, Carlos Bezerra (MDB), afirmou, na sexta-feira (29), que Jair Bolsonaro é um “despreparado e paranóico”. O emedebista disse que Bolsonaro não sabe de nada que ocorre no país. Ele confundiu uma feira internacional de três dias de duração, com sede no Brasil e grande retorno turístico, com um “jantar com empresários”. Disse que era esculhambação gastar R\$ 290 mil num “jantar”, remetida a presidente da Embratur, Teté Bezerra,

e mandou cancelar a participação do Brasil.

Segundo nota divulgada por Teté Bezerra, o “jantar” a que o “desinformado” Bolsonaro se refere é a participação do Brasil, através da Embratur, na World Travel MarketLatin América (WTM Latin América), uma feira internacional de turismo do Brasil que ocorre na semana que vem em São Paulo, de terça (2) a quinta-feira (4), com 600 expositores e mais de 10 mil visitantes de 50 países.

Leia mais em www.horadopovo.org.br



Bernardo Barbosa/UOL

Milhares de parentes de vítimas da ditadura foram ao Ibirapuera-SP Atos contra o golpe de 64 tomam o país

Atos e manifestações em todo país o marcaram os 55 anos do golpe de 1964, completados em 31 de março/1º de abril.

No sábado (30), um grupo de pessoas realizou um ato contra o golpe, em frente ao prédio do antigo Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no bairro da Vila Mariana, na Zona Sul da cidade de São Paulo. O ato chamou-se “Ditadura nunca mais”.

Líderes políticos, jornalistas, intelectuais e dirigentes sociais foram presos e torturados no local.

A ordem de Bolsonaro

para comemorar o golpe de 1964 provocou uma enxurrada de repercussões negativas no Judiciário, no Congresso e nas entidades. Sabe-se que até nos quartéis houve críticas. O constrangimento dentro das Forças Armadas com a ordem foi imenso.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao ser questionado sobre a autorização de Bolsonaro acerca do golpe, respondeu: “Sou filho de exilado político”.

No Rio, uma manifestação reuniu cerca de 5 mil na Cinelândia, região central da cidade. Além de repudiar a ditadura, os

manifestantes homenagearam a memória da vereadora assassinada pela milícia, Marielle Franco.

Houve manifestações ainda contra a ditadura em Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Balneário de Camboriú (Santa Catarina), Curitiba, Palmas (Tocantins), Belém.

Houve também protesto a favor da ditadura, mas em número muito menor de pessoas, como em Goiânia. Na Avenida Paulista, eles só foram notados porque entraram em conflito com os manifestantes contra o golpe.

Leia o texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

“Derrubaram um governo pela força das baionetas”, afirma João Vicente Goulart

Manifestantes foram para as ruas em Brasília neste domingo para denunciar os crimes da ditadura e lembrar o governo de João Goulart, destituído por um golpe de Estado que implantou, por 21 anos, um regime autoritário e pró-americano no Brasil.

“Derrubaram um governo por força das baionetas, por força dos tanques para impedir que um governo formado por Jango, por Darcy Ribeiro, por Paulo Freire, por Anísio Teixeira, por Celso Furtado, por Evandro Lins e Silva e por tantos

outros companheiros, que eles chamavam de incompetentes, pudessem fazer as reformas que o Brasil queria”, denunciou João Vicente Goulart.

“Estamos aqui hoje, 55 anos depois, para dizer ‘não nos venceram’. Nós ainda iremos libertar esse país. Vamos transformar o Brasil num país mais humano, mais solidário, mais digno daqueles que mais precisam”, defendeu o filho de Jango. “Para esses que hoje estão comemorando, é porque nós vencemos. Depois de 55 anos, eles não conseguem apagar as verdadeiras

reformas que esse país precisa”, acrescentou.

“Quero prestar uma homenagem a todos aqueles companheiros que tombaram suas vidas pelo difícil caminho da liberdade e da democracia. Nós haveremos de conquistar esse país para aqueles que que são os seus verdadeiros donos”.

“Um país de todos e não apenas daqueles que têm mais. Nossos líderes caíram de pé, e esses que estão agora se ajoelhando diante do imperialismo e outorgam o país ao império americano”, disse João Vicente.

SBPC repudia retrocessos e obscurantismo

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgou neste sábado (30), a “Carta de Sobral”, conclamando a comunidade científica, acadêmica e escolar, sociedade civil, lideranças políticas e parlamentares a atuarem vigorosamente contra os retrocessos que ameaçam a educação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a democracia no País.

O documento foi produzido por ocasião da Reunião Regional da SBPC em Sobral, no Ceará, realizada nesta semana, entre 27 e 30 de março, evento que reuniu mais de 3 mil pessoas. O texto tem apoio de pes-

quisadores, professores e estudantes.

“Os drásticos cortes realizados recentemente no orçamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (da ordem de 40%), que já estava em nível muito baixo, colocam o Brasil na contramão da história”, diz a carta.

“No momento em que ganham preeminência ideias obscurantistas e correntes anticientíficas, é essencial destacar a importância decisiva do conhecimento científico para as tomadas de decisão individuais e coletivas, para a gestão pública e para o desenvolvimento social e econômico do País”.

Bolsonaro condecora militares de Israel que foram um fiasco em Brumadinho

Em sua viagem a Israel, Bolsonaro condecorou na segunda-feira, 1º de abril, os 136 militares daquele país que vieram ao Brasil em janeiro para atuar nas buscas e resgate de vítimas em Brumadinho, Minas Gerais. Ele concedeu ao grupo a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, mais alta condecoração brasileira a cidadãos estrangeiros.

A brigada israelense veio ao Brasil com a promessa de colaborar nas buscas, usando equipamentos de suposta última geração, como sonar para captar sinais telefô-

nics e drones equipados com câmeras termais e com capacidade de georreferenciamento. Porém, apenas quatro depois voltou para o seu país, porque seus equipamentos não eram efetivos para o tipo de desastre que aconteceu em Brumadinho.

Todo o trabalho de resgate ficou mesmo por conta das equipes brasileiras, que não receberam qualquer reconhecimento do governo federal. Bombeiros voluntários de outros estados, que chegaram a ter sua colaboração dispensada antes da

missão israelense se revelar um fiasco, deram grande contribuição nos trabalhos.

Em São Paulo, em 11 de fevereiro, o governo estadual realizou um evento no Palácio dos Bandeirantes para premiar os voluntários, que receberam medalhas e um certificado. No Maranhão, os 22 bombeiros militares que atuaram em Brumadinho receberam em 18 de fevereiro a mais alta condecoração do Estado, a Ordem dos Timbiras, das mãos do governador Flávio Dino.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Repúdio ao arbítrio foi o maior em 34 anos

“A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade.”

(Caxias, 1851)

Até quando Bolsonaro se escon-

derá atrás dos militares? No último dia 25 de março, o porta-voz do Planalto, Otávio Régio Barros, anunciou que Bolsonaro determinara ao Ministério da Defesa organizar comemorações pela implantação da ditadura no Brasil, a 1º de abril de 1964.

No dia 31 de março, dia das supostas comemorações, Bolsonaro viajou para Israel.

Não há notícias de que tenham havido comemorações do golpe de 64 em Israel.

Então, se Bolsonaro achava a data tão pouco importante – a ponto de viajar para fora do país, ao invés de comparecer às comemorações que ele mesmo determinou – por que deu essa ordem?

No dia, o Planalto publicou um vídeo de 1min50s com um cidadão – depois se soube que era um ator, que se apressou a dizer que nada tinha a ver com o texto que interpretou – que, depois de falar que, antes de 1964, “comunistas prendiam e matavam seus compatriotas” (sic), declamou: “O Exército nos salvou. O Exército nos salvou”.

A segunda declaração é tão mentirosa quanto a primeira.

Um dos principais participantes de 1964, o general de Exército Antonio Carlos de Andrada Serpa, depois de romper com a ditadura, definiu o conteúdo daqueles acontecimentos:

“Em 1964, nós seguramos a vaca para os americanos mamarem”.

Depois do golpe, 6.592 militares foram punidos e excluídos das Forças Armadas.

Para quê?

Para que se instalasse no país uma ditadura.

Para que uma ditadura?

Certamente que não foi para garantir a liberdade do povo, o aumento dos salários e o desenvolvimento nacional – isto é, o crescimento econômico independente.

E verdade que, durante um breve período da ditadura – o governo Geisel, que instaurou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) –, houve, realmente, desenvolvimento da indústria e da economia **nacional**.

Mas esse período durou apenas quatro anos (1975-1979).

Esse é exatamente o período – e o aspecto – que Bolsonaro & cia. detestam na ditadura.

Fora isso, durante 10 anos – dos 21 anos de ditadura – não houve lei no país, pois o Ato Institucional nº 5 (AI-5) concedia poderes absolutos (antes de tudo, o poder de passar por cima das leis, inclusive da Constituição) ao representante da ditadura que estivesse na Presidência.

Esse é o aspecto da ditadura que Bolsonaro adora, aquele em que se cassavam, prendiam, torturavam e matavam brasileiros – e não eram os comunistas que faziam isso.

Quanto a esse vídeo, agora que o besteiro está no ar, descobriu-se que... ninguém fez o vídeo.

Como? Se o Planalto publicou o vídeo, ninguém fez o vídeo?

Pois a assessoria de imprensa do Planalto declarou que não era responsável pelo vídeo.

O vice-presidente, Hamilton Mourão, também disse que nada tinha a ver com isso: “*Se foi divulgado pelo Planalto, é decisão dele [de Bolsonaro]. Ele também não sabe? Então... Eu nem vi esse vídeo*”.

Em suma, Bolsonaro foi para Israel e deixou a bomba (trata-se de uma imagem, leitores bolsonaristas) na mão dos militares – que não são sandonáveis, é justo dizer, pelas sandices de um desequilibrado.

Pois, se Bolsonaro queria, como disse, “lembrar” o golpe de 64 – e a ditadura que seguiu – ele conseguiu.

Só que ao contrário do que pretendia.

Foi a maior lembrança da ditadura em 34 anos – ou seja, desde que a ditadura foi derrubada.

Jamais se viu tanta gente lembrando do que aconteceu no golpe e depois do golpe.

Desde o escritor – e membro da Academia Brasileira de Letras –, Paulo Coelho (cf. seu texto, publicado no The Washington Post: “[Paulo Coelho relembra as sessões de tortura que sofreu na ditadura](#)”) até o irmão mais velho (um deles) do jogador Zico, do Flamengo e da Seleção Brasileira (cf. “[Meu crime foi ser professor](#)”, diz irmão de Zico torturado na ditadura).

Todos rememoraram a ditadura.

Alguns lembraram da censura, tão estúpida que proibia até propaganda de peru da Sadia, porque, diziam os censores, a palavra “peru” possuía “dupla conotação”.

No domingo, dia 31, a torcida do Flamengo homenageou Stuart Angel Jones, torturado, assassinado e desaparecido aos 25 anos.

Stuart foi bicampeão carioca de remo, pelo Flamengo, em 1964 e 1965.

Em São Paulo, os estudantes homenagearam Alexandre Vanucci Leme, morto aos 22 anos, sob tortura.

No Rio, homenagearam Mário Prata e Marilena Vilas Boas, assassinados em 1971.

Em Brasília, homenagearam Honestino Guimarães, desaparecido em 1973.

Jamais se viu tanta lembrança da ditadura.

XXX

Há muito, os brasileiros deixaram de considerar que o caráter fundamental da ditadura de 64 era o de ser militar.

Há quase 40 anos, ainda sob o regime autoritário, se disse:

“Nós não temos dúvida de que a luta vai continuar crescendo até uma muito próxima decisão perante a ditadura e os interesses de classe que ela representa: **de forma predominante, os interesses do capital financeiro internacional**” (cf. Cláudio Campos, Unir a Nação e Romper com a Dependência - Informe do Comitê Central ao III Congresso do MR8, agosto/1982, pp. 28-29, grifo nosso).

Foi o que ocorreu: três anos depois, com a eleição de Tancredo, e com a posse de Sarney, a ditadura chegou ao fim.

Que os interesses que mencionamos tenham usado os militares ou uma parcela dos militares – como percebeu o general Antonio Carlos de Andrada Serpa – é fato histórico.

Mas também é fato que os próprios militares aceitaram a transição para a democracia como a melhor alternativa para todos – isto é, para o Brasil.

É verdade que houve uma insignificante parte deles – aquela representada por indisciplinados como Bolsonaro – que não se conformaram com a passagem do país para a democracia (v. [Terrorismo de baixa potência](#)).

Bolsonaro sempre foi ostensivo, a favor da tortura e da ditadura.

Outros, encolheram-se durante anos.

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, declarou que, em 1964 “vibrei com a queda de João Goulart, um canco na política brasileira”.

Heleno levou 34 anos para dizer isso publicamente.

Goulart era presidente eleito e constitucional do país. Todo o seu governo, como estamos mostrando na série “100 anos de Jango”, era voltado para o povo brasileiro, isto é, para a Nação.

Quanto a Heleno, ajudante de ordens de Sylvio Frota em 1977, foi um dos oficiais exonerados pelo presidente Geisel, com seu chefe, e afastado de Brasília (v. Diário Oficial da União, 18/10/1977).

Na concepção do grupo de Frota, segundo suas palavras, até mesmo os juízes das auditorias **militares**, que julgavam democratas e patriotas, eram “encapuzados dos direitos humanos”.

Não pretendíamos lembrar esse episódio da carreira de Heleno. Mas já que ele falou em “câncer”, é forçoso considerar que nem a ditadura suportou o esquema de que fazia parte.

E não falamos mais sobre a trajetória de Heleno, porque achamos isso suficiente (mas não podemos tirar do leitor o direito de conhecer mais alguma coisa: v. [Candidato de Bolsonaro para Defesa recebeu R\\$ 59 mil mensais de Nuzman por seis anos](#)).

O escritor Paulo Coelho descreveu sua saída das câmaras de tortura, em 1974:

“*Vou para a casa de meus pais. Minha mãe envelheceu, meu pai diz que não devo mais sair na rua. Procuo os amigos, procuro o cantor, e ninguém responde meus telefonemas. Estou só: se fui preso devo ter alguma culpa, devem pensar. É arriscado ser visto ao lado de um preso. Sai da prisão mas ela me acompanha. A redenção vem quando duas pessoas que nem sequer eram próximas de mim me oferecem emprego. Meus pais nunca se recuperaram.*”

“*Décadas depois, os arquivos da ditadura são abertos e meu biógrafo consegue todo o material. Pergunto por que fui preso: uma denúncia, ele diz. Quer saber quem o denunciou? Não quero. Não vai mudar o passado.*”

“*E são essas décadas de chumbo que o presidente Jair Bolsonaro - depois de mencionar no Congresso um dos piores torturadores como seu idolo - quer festejar nesse dia 31 de março*”.

Deve ser por isso que ele foi festejar em Israel.

Vale realiza manobra na Suíça para sonegar R\$ 24 bi entre 2009 e 2015

Empresa triangulou exportações de minério de ferro. Valor sonegado pela Vale é superior ao congelado pela Justiça por conta da tragédia de Brumadinho, que matou 216 pessoas e deixou 88 desaparecidos

Um estudo realizado pelo Instituto de Justiça Fiscal (IJF) concluiu que a Vale praticou, entre 2009 e 2015, sonegação de impostos a partir de contratos com a Suíça para exportação de minérios de ferro com preço distorcido de ao menos R\$ 24 bilhões.

O minério de ferro não aglomerado, ou seja, pouco transformado, é o minério mais exportado pelo Brasil e seu preço é definido internacionalmente.

O que o estudo desvendou foi um esquema criminoso praticado pela Vale que resultava numa sonegação de impostos bilionária. A prática consistia em subvalorizar, em relação aos preços internacionais, o produto que exportou para reduzir a quantidade de impostos que pagava e faturar indevidamente.

Em agosto de 2009 começa a existir uma diferença entre os preços, que atinge seu máximo em abril de 2010, sendo de US\$ 80,24 por tonelada. Na maior parte da série essa diferença esteve acima dos US\$ 10, estando em 40% do tempo acima dos US\$ 20.

Esta diferença, quando aplicada ao montante exportado, revela um subfaturamento de US\$1,8 bilhão em alguns meses de 2010 e de US\$ 471,47 na média.

Para que conseguisse concretizar o crime, as exportações deveriam ser feitas para um país conhecido como “paraíso fiscal”. No caso era utilizada a Suíça, onde a Vale criou uma subsidiária, que adquiria 80% do ferro brasileiro, mesmo 66,5% deste montante tendo como destino final a China.

Todo este subfaturamento acaba por concretizar uma sonegação no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Conforme calculado, a perda tributária total foi de US\$ 12,4 bilhões (em valores atuais, cerca de R\$ 48 bi). Além da perda tributária, deve ser apontada uma fuga de capitais e faturamento indevido na ordem de R\$ 24,1 bilhões. A Vale, como principal mineradora no Brasil, participava ativamente do esquema e economizava, no mínimo US\$ 6,2 bilhões.

Após a divulgação do estudo, a Receita federal anunciou um plano de fiscalização especial das sobre a exportação de minério de ferro. Um grupo de parlamentares da Suíça fez uma moção pedindo ao governo que esclareça a situação de benefícios fiscais à empresa, principalmente após as tragédias de Mariana e Brumadinho.

SUIÇA

De acordo com o IJF, a opção da mineradora pela Suíça para a realização da manobra ocorre devido ao país ser um paraíso fiscal, o que facilita a fuga de capitais. “Por ser um paraíso fiscal o país é utilizado para promoção de fluxos financeiros ilícitos de diversas maneiras, como é indicado por diferentes estudos discutidos nesse trabalho. Tendo isso em vista, foi realizada uma estimativa da fuga de capitais via subfaturamento das exportações de minério de ferro, segundo os preços e quantidades das exportações que tiveram a Suíça como país de aquisição”.

“O problema da fuga de capitais e do faturamento indevido, que possuem expressivo impacto sobre a arrecadação tributária, tem sido ignorado nas discussões políticas sobre o financiamento do gasto público, assim como muitas outras medidas alternativas de caráter progressista que poderiam ser adotadas”, aponta o estudo do IJF.

A pesquisa foi desenvolvida por Guilherme Spinato Morlin, do Instituto Justiça Fiscal (IJF), em conjunto com a Rede Latino Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (Latindadd) e a Coligação para a Transparência Financeira (FTC) e apoio da Rede de Justiça Fiscal da América Latina e Caribe.

Para o estudo, foi comparado o valor total por tonelada adquirido pela exportação e informado ao Estado – chamado preço médio de exportação, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e os preços médios da commodity, conforme divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).



Presidente da Vale prestou depoimento à CPI de Brumadinho no Senado

“Se houver responsabilidade em Brumadinho, é da área técnica”, diz presidente afastado da Vale

O presidente afastado da mineradora Vale, Fabio Schvartsman, foi ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho e outras barragens, realizada nesta quinta-feira (28). Schvartsman afirmou não ter conhecimento do risco de rompimento barragem da mineradora que matou 216 pessoas e deixou 88 desaparecidos em 25 de janeiro.

Tentando se eximir de qualquer responsabilidade, ele voltou a declarar que não possuía conhecimento sobre os riscos de rompimento da barragem.

Schvartsman foi afastado da presidência da Vale após recomendação do

Ministério Público Federal e do Ministério Público de Minas Gerais e em atuação coordenada com a Polícia Federal e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, órgãos quem compõem a força-tarefa da investigação sobre o crime da Vale em Brumadinho.

“No caso de Brumadinho, posso afirmar categoricamente que jamais chegou ao meu conhecimento nenhuma denúncia, pelos canais oficiais da empresa ou quaisquer outros — nem mesmo os anônimos — relatando risco iminente de rompimento.”

Ao sobre ser questionado sobre quem é o responsável pela tragédia. Ele respondeu: “A responsabilidade, se houver, é certamente da área técnica. Não há dúvida de que houve algo tremendamente errado e tenho certeza de que as investigações vão apontar os responsáveis”.

“Gerenciar uma companhia desse porte exige uma estrutura de compartilhamento de responsabilidades baseada em nível hierárquico. Cada área tinha condições de gerenciar riscos e tomar as decisões necessárias à sua operação, com segurança”, disse.

De acordo com Schvartsman, um gerente de mina na Vale tem autonomia para decidir investimentos de até R\$ 40 milhões por projeto.

Segundo o ex-presidente, a descentralização garantiria agilidade nas decisões, já que reduz a burocracia para a implantação de mecanismos de segurança. Além disso, Schvartsman informou que a Vale mantém canais para que qualquer funcionário, independentemente do nível hierárquico ou região, reporte comportamentos que infrinjam as normas internas da empresa. Também conta com um comitê de risco, este qual o governo de Bolsonaro quer extinguir, auditorias internas e externas

regulares e uma ouvidoria apta a receber denúncias anônimas.

Durante seu depoimento, Schvartsman tentou apresentar os números dos resultados comerciais da mineradora para defender que a empresa não possa ser responsabilizada pela tragédia de Brumadinho. No mês passado, em audiência na Câmara dos Deputados, o então presidente da Vale defendeu que ela “é uma joia brasileira” e que, por isso, não deveria ser processada pela morte de ao menos 216 pessoas.

A falta de respostas concretas levou o ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, a ser duramente criticado na CPI.

Randolfe Rodrigues (Rede - AP) exigiu objetividade das respostas de Schvartsman e apontou negligência da Vale. Segundo ele, não houve eventos naturais, como abalos sísmicos ou furacões, que justificassem a tragédia em Brumadinho.

“Nós temos visto divagações para que ou o senhor não assuma sua responsabilidade, ou a terceirize, ou não a terceirize para ninguém”, criticou Randolfe.

Leia a cobertura completa no Portal Hora do Povo



MP-RO investiga o rompimento

Rompimento de barragens de rejeitos em Rondônia deixa 100 famílias isoladas

A Polícia Ambiental de Rondônia informou, no sábado (30), que cerca de 100 famílias ficaram isoladas devido ao rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios da mineradora MetalMig em Oriente Novo, distrito de Machadinho D'Oeste, a pouco mais de 350 quilômetros de Porto Velho, capital do estado.

O secretário de Estado de Meio Ambiente (Sedam), Elias Resende, confirmou que a barragem rompida em Machadinho do Oeste era de rejeitos de mineração de cassiterita, assim como as barragens em Mariana (MG) e Brumadinho (MG).

Mas, diferente dos casos de Minas, onde 216 morreram e 88 estão desaparecidos em Brumadinho, e a morte da Bacia do Rio Doce em Mariana, a secretaria do meio ambiente acredita que o rejeito presente na barragem em Machadinho D'Oeste era composto de areia e argila sem a presença de metais pesados.

A Polícia Ambiental informou que não teve vítimas fatais, mas destacou que ocorreram “muitos danos ambientais”.

As barragens são da mineradora MetalMig. “Neste mais recente caso, agora envolvendo a mineradora MetalMig, em uma mina de 1970, estão atribuindo às causas, as fortes chuvas ocorridas na região. Porém, causas naturais, de acordo com a legislação ambiental, não afastam a responsabilidades ambiental dos envolvidos”, explicou Rodrigo Moraes, especialista em direito ambiental.

O especialista alerta para a calamitosa situação mineraria física em todo o território nacional. “Não se pode fechar os olhos para os recorrentes desastres ambientais que apontam total descontrole, tanto dos operadores quanto da fiscalização ambiental”, conclui.

O prefeito de Machadinho D'Oeste, Eliomar Patrício, disse que a principal preocupação agora é com o rompimento de outras barragens e os prejuízos ao meio ambiente. A apreensão está nos possíveis danos no serviço de abastecimento de água do município.

“A maior preocupação nossa é com outra barragem dessa que estourou e existe a possibilidade dela ter contaminado com metais pesados, as águas do rio Belém, onde nós captamos a água para o serviço de abastecimento da nossa cidade”, relatou.

Próximo das barragens que romperam, existem pelo menos outras 10 barragens. O número exato as autoridades não sabem precisar.

A MetalMig diz que uma equipe está na localidade para avaliar as condições da água do rio Belém e fazer um parecer técnico para saber há riscos ou não de contaminação do rio.

Três dias após o rompimento das duas barragens dezenas de famílias começaram a ter acesso às estradas rurais novamente. Na localidade, sete pontes foram danificadas pela enxurrada.



Torcidas do Flamengo, Vasco Bahia e Corinthians protestam contra o golpe militar de 1964

Na rodada do final de semana, as torcidas do Flamengo e Vasco no Rio de Janeiro e do Corinthians em São Paulo repudiaram a comemoração do golpe militar de 1964 e defenderam a democracia.

Na tarde de domingo, dia em que o golpe militar completou 55 anos, torcedores do clube fizeram ato em memória a Stuart Angel na sede de remo do Flamengo, no bairro carioca da Lagoa. Stuart foi bicampeão de remo pelo clube.

David Butter, que organizou o ato, se posicionou sobre o caso. “No ato de ontem, homenageamos, em nome dos organizadores do ato, a jornalista e guerreira pela memória Hildegard Angel (irmã de Stuart). Foi um ato breve, emocionante para todos. Falamos sobretudo da solidariedade que unia Stuart a outros atletas que, em muitos casos, discordavam dele politicamente. De solidariedade e de vida. Foi por isso que, na camisa que mandamos personalizar para presentear Hildegard Angel, escrevemos “25”, idade de Stuart quando massacrado pela repressão. Os captores e assassinos dele habitam o rodapé. Nós não colocamos Stuart Angel no panteão do Flamengo. Ele já estava lá. Por decisão do clube.

A torcida do Vasco da Gama exibiu no Maracanã, na decisão da Taça Rio contra o Flamengo, uma bandeira contra a ditadura militar.

O Corinthians levou a estátua de Sócrates ao seu estádio e resgatou a faixa histórica da “Democracia Corinthiana”, durante a semifinal do campeonato paulista contra o Santos. “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia”, diz a mensagem exposta em frente à figura do ídolo. A faixa e a estátua foram colocadas ali por iniciativa do clube.

Estudantes protestam por todo o país: “Democracia sim, mordação não”

Estudantes de todo o país realizam nesta quinta-feira (28) atos do Dia Nacional da “Resistência na Educação – Democracia sim, mordação não”, convocado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Em São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba e diversas outras capitais, as entidades estudantis convocaram manifestações de rua em repúdio à perseguição de professores e estudantes por meio de medidas como o projeto “Escola sem Partido”.

A data escolhida pelos estudantes para os protestos relembra a memória do estudante secundarista Edson Luis, morto em 28 de março de 1968 pela ditadura militar durante protesto no restaurante estudantil Calabouço, centro do Rio de Janeiro.

O mote da passeata em São Paulo se diferenciou do resto do Brasil por trazer à memória a tragédia de Suzano, na qual 10 pessoas morreram. Por “Paz e democracia na educação: nem armas, nem mordação”, pelo menos mil estudantes foram às ruas.

Para a presidente da UNE, Mariana Dias, que esteve presente no na Avenida Paulista, “os estudantes estão muito preocupados com o que pode se tornar a escola e a universidade”. “Nós temos uma ausência muito grande de projeto para o país. O ministro da Educação não consegue falar qual é o projeto do governo de Bolsonaro para a Educação, a não ser os jargões que eles sempre falam, de que a universidade e a escola são espaços de doutrinação do marxismo e do comunismo”.

“Estamos fazendo estas manifestações pra mostrar que tem estudante preocupado com a situação das escolas e das universidades de nosso país”, disse. “Elas estão sendo ameaçadas como um espaço crítico, onde todos os tipos de pensamento e opinião possam existir e dialogar. Queremos futuro, aposentadoria, escola, liberdade. Não queremos um país de ódio, que incentive o armamento”, concluiu Mariana.

Pedro Lucas Gorki, presidente da UBES, acredita que nos três primeiros meses de mandato “o governo Bolsonaro já se qualificou como desqualificado. Por exemplo, ontem, na comissão de Educação da Câmara, o ministro da pasta não sabendo o que

é Fundeb e desconhecendo a situação da educação mostrou seu completo despreparo”.

“O que o governo oferece para a juventude é a total falta de perspectiva. Desde a educação pública, já que querem desvincular da constituição o orçamento da Educação, até impedir o justo direito de um dia se aposentar”, afirmou Pedro Lucas.

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), Lucas Chen, destacou a importância da unidade entre as entidades entorno da defesa da Educação e da Democracia. “O projeto ‘Escola Sem Partido’ prevê o fim do debate, do pensamento crítico e da diversidade de opiniões para impor o ‘pensamento’ de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, Paulo Guedes e companhia. Com o projeto eles pretendem perseguir os movimentos estudantis, impedir que a gente debata política dentro das escolas”.

Chen também reforçou o apoio dos estudantes às pautas dos trabalhadores: “estamos nas ruas também pelo Previdência pública. Basta de arrocho nos salários, basta de privatização”.

PORTO ALEGRE

Na capital gaúcha, quatro mil estudantes participaram do ato de 28 março, contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra a reforma da Previdência e o fechamento de escolas.

O protesto contou com a convocação da União Gaúcha dos Estudantes (UGES), da União Metropolitana dos Estudantes de Porto Alegre (UMESPA), de juventudes partidárias, como a Juventude Pátria Livre, a União da Juventude Socialista e o Movimentos Juntos. A passeata reivindicava ainda a permanência do meio passe estudantil, que está sob ameaça na cidade.

Vitória Cabreira, presidente da UMESPA, disse que “dentro das escolas, vamos convencer os estudantes e na rua vamos convencer toda a população de Porto Alegre a ser contra os retrocessos propostos por Eduardo Leite”.

No ato, criou-se informalmente a Frente Parlamentar Contra o Fechamento de Escolas, na presença das deputadas estaduais Luciana Genro (PSOL) e Juliana Brizola (PDT).

Juliana, falando com os estudantes,



Mais de quatro mil estudantes tomaram as ruas de Porto Alegre

disse que “são vocês que podem barrar este crime que está acontecendo no nosso estado desde o começo do governo Sartori e se estendendo no governo Leite, que é o fechamento de escolas. Precisamos da rebeldia da juventude para todas as nossas lutas. É o meio passe, é contra o fechamento de escolas, é contra esta reforma nefasta da previdência, que quer tirar direito do trabalhador”.

“Conto com vocês para que na Assembleia Legislativa para que possamos barrar tudo aquilo que Eduardo Leite quer fazer de mal pro estado. O povo quer ter voz, quer ter vez, e é a juventude deste estado que vai barrar todas as reformas que são nefastas e contra o povo brasileiro”, afirmou, instalando a Frente Parlamentar Contra o Fechamento de Escolas.

Para Luciana, “o grande desafio é impedir os retrocessos. “Hoje celebramos tristemente os 51 anos do assassinato do estudante Edson Luiz.

E isso acontece justamente quando o Governo Federal, encabeçado por Bolsonaro, está querendo homenagear o golpe militar nos quartéis de nosso país. Não aceitaremos esta política de volta à ditadura, não aceitaremos essa política de louvar torturadores, que cometeram crimes contra a humanidade, como foi o assassinato de Edson. Ao invés de aceitar apoios ao golpe, queremos é mais democracia”, disse.

“Ao invés de ‘Escola Sem Partido’, queremos escola sem mordação, escola sem censura, escola na qual o estudante tenha poder e tenha voz. Queremos um espaço escolar onde a juventude possa se expressar, onde o professor possa ensinar livremente”.

“Estamos junto para defender os direitos dos trabalhadores e do povo pobre, que é sempre quem é chamado a pagar a conta da crise neste país. Fechar escola, abrir prisões é crime contra a humanidade”, concluiu a psolista.

Mulheres fazem manifestação em SP em defesa da aposentadoria

Em ato convocado pela Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), centenas de mulheres realizaram uma manifestação contra a reforma da Previdência em frente à sede do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), no viaduto Santa Efigênia, em São Paulo, na sexta-feira (29).

Com a palavra de ordem “Ruim para todos, pior para as mulheres”, o ato contou com a participação das Centrais Sindicais (CTB, Força Sindical, CUT, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas), entidades do movimento negro (Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB e União de Negros e Negras Pela Igualdade – UNEGRO), do movimento estudantil (União Nacional dos Estudantes – UNE e União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo – UMES-SP), dos aposentados (Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP e Sindicato dos Aposentados de São Paulo), além de outras entidades de mulheres, como a União Brasileira de Mulheres (UBM).

A proposta prevê aumento no tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos e aumenta a idade mínima para a mulher se aposentar para 62 anos.

Gláucia Morelli, presidente da CMB, argumenta que “74% dos municípios brasileiros têm como principal motor de sua economia as aposentadorias. Querem acabar até com o abono do PIS, que hoje vai para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, diminuindo o critério para um salário mínimo. Segundo o Dieese, se essa regra funcionasse em 2016, dos 41 milhões de trabalhadores que receberam o PIS, apenas 3 milhões receberiam o abono”.

Para Maria Auxiliadora, Secretária Nacional da Mulher da Força Sindical, “a reforma da previdência também é uma violência, em especial contra as mulheres que já recebem um salário menor que o do homem e ainda perderão em aposentadorias”.

Segundo Marcela Azevedo, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, essa reforma “aprofunda as desigualdades que as mulheres já enfrentam no mercado de trabalho, desconsiderando a dupla jornada da mulher com o trabalho doméstico, aumentando a idade mínima e o tempo de contribuição, que vai significar para nós, mulheres, morrer sem se aposentar”.

Essa reforma tem como objetivo de fundo “acabar com nossa previdência, com nossa seguridade social”, disse Ivânia Pereira da Silva Teles, vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Para Ana Maria Pimentel, secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), “essa reforma é um dos maiores crimes contra o povo brasileiro e está envolta em mentiras. Querem desconstitucionalizar, transformando as regulamentações em lei ordinária para poder aprovar a capitalização que deu errado em todos os lugares por onde passou. Vejam o exemplo do Chile, onde os idosos se suicidam por falta de alternativas”, disse.

“Enquanto isso, mais de R\$ 1 trilhão vão para os bancos por meio dos juros da dívida. A previdência, por sua vez, representa 24% do orçamento, 2º maior, ficando atrás apenas dos juros astronômicos”, completou Maria.

Sabrina Feitosa, diretora da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), afirmou que “no ato que os estudantes realizaram ontem em todo o país, a maioria eram mulheres. O mesmo aconteceu no dia 22 de março, no ato unificado das Centrais Sindicais. Pois vai ser com essa unidade entre homens e mulheres, trabalhadores e estudantes, que vamos derrotar nas ruas a reforma da Previdência, a ‘escola sem partido’ e demais maldades que esse governo tenta implementar. Vai ser na unidade, com uma frente ampla, que derrotaremos Bolsonaro”, disse.

Após o ato em frente à sede do INSS, as mulheres saíram em passeata até a Praça do Patriarca, no centro da capital paulista.

RODRIGO LUCAS

Governo corta pela metade representação de trabalhadores e empresários no conselho do FGTS

O governo Bolsonaro reduziu o número de representantes dos trabalhadores e do setor patronal no conselho que administra o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O ato, publicado na terça-feira (26) em edição extra do Diário Oficial da União, Decreto nº 9.737, diminui a participação da sociedade na composição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) pela metade – de 12 representantes para 6.

Antes, o Decreto nº 9.116, de 4 de Agosto de 2017, previa a participação no Conselho Curador de seis representantes dos trabalhadores indicados pelas seguintes entidades: Força Sindical, CUT, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Pelo novo critério do governo, a participação no conselho é de “um representante de cada uma das três centrais sindicais com maior índice de representatividade dos trabalhadores”. No site, contam agora como representantes trabalhadores da Força Sindical, UGT, e CUT.

O mesmo ocorre com relação aos empregadores. Antes havia no conselho seis entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional de Serviços (CNS), Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) e Confederação Nacional do Transporte (CNT). Com a mudança, ficaram no conselho apenas três entidades do setor patronal: CNI, Consif e CNC.

Já para o executivo, o número de representantes continuou o mesmo do decreto de Temer. Bolsonaro só modificou a composição de representantes das pastas, já que houve uma reestruturação nos ministérios.

Dentro da nova formação dos ministérios, o decreto determina que passem a representar o palácio do Planalto no conselho curador: três representantes do Ministério da Economia, um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do Ministério do Desenvolvimento Regional e um representante do Ministério da Infraestrutura. Os representantes titulares e suplentes serão nomeados por ato do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Os três representantes do Ministério da Economia são: um da Secretaria Especial de Fazenda, que o presidirá o conselho curador; um representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; e um representante da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. Antes, cabia ao ministro do Trabalho (pasta extinta por Bolsonaro) presidir o conselho curador do FGTS.

FST repudia atos do governo contra os trabalhadores para favorecer os bancos

Divulgação/FST



Dirigentes das confederações que compõem o Fórum Sindical



Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da CNBB, e dirigentes das centrais sindicais em Brasília, na última sexta

Centrais Sindicais e CNBB se aliam para barrar reforma da Previdência

Nesta sexta-feira (26) em Brasília, lideranças das centrais sindicais – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CSP-Conlutas, Nova Central Sindical (NCST), Intersindical e Central dos Sindicatos Brasileiros – se reuniram com o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Ulrich Steiner, para discutir a proposta de reforma da Previdência (PEC 06/2019), que tramita na Câmara dos Deputados por iniciativa do governo Bolsonaro.

Durante o encontro, as lideranças sindicais entregaram ao bispo Steiner uma carta assinada pelas centrais em que expressa o apoio do movimento à campanha da CNBB, que foi lançada no início deste mês (6), com o tema “Fraternidade e Políticas Públicas” e o lema “Serás libertado pelo Direito e pela Justiça”, e à mensagem divulgada,

na quinta-feira (27), na qual o Conselho Permanente da CNBB posicionou-se contrário à PEC.

“As mudanças contidas na PEC 06/2019 sacrificam os mais pobres, penalizam as mulheres e os trabalhadores rurais, punem as pessoas com deficiência e geram desânimo quanto à seguridade social, sobretudo, nos desempregados e nas gerações mais jovens”, afirma a CNBB.

Ao agradecer o apoio, Dom Leonardo Steiner declarou que centrais e CNBB “comungam do mesmo pensamento” de que a reforma proposta por Bolsonaro “sacrifica os mais pobres” para beneficiar o setor financeiro por meio do sistema de capitalização.

Para os dirigentes das centrais sindicais, os trabalhadores ganharam um grande aliado na luta para barrar a PEC 06/2019. “A CNBB é contra muitos aspectos da reforma, principalmente a desconstitucionalização da Previdência e a implantação do regime de capitalização”, destacou o presidente Nacional da Força Sindical, Miguel Torres.

“Foi decidido no encontro, que formaremos um movimento conjunto nos estados e municípios, mobilizando e esclarecendo a sociedade sobre todas as armadilhas, maldades e prejuízos que a reforma trará para todos, menos para os banqueiros”, explicou o presidente da CGTB/DF, Flausino Antunes.

O secretário geral da Intersindical, Edson Carneiro Índio, destacou o papel importante que a CNBB tem cumprido nos últimos anos. “Já em 2017, a CNBB foi fundamental para barrar a ofensiva do governo Temer contra a Previdência dos trabalhadores”.

Participaram do encontro ainda, Miguel Salaberry, secretário de Relações Institucionais da UGT; Vera Leda, presidente da NCST do DF; João Domingos, presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Paulo Vinícius, secretário de Relações do Trabalho da CTB; Vagner Freitas, presidente Nacional da CUT; e Flávio Werneck, vice-presidente da CSB, entre outros dirigentes sindicais.

OAB abre suas portas para ampliar debate sobre PEC6

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, anunciou que a entidade quer levar a todas as regiões do país o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC6/2019) da reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que tramita no Congresso Nacional. A preocupação da OAB é que o tema seja amplamente debatido, para evitar qualquer tipo de mudança que “traga prejuízos a milhões de brasileiros”.

“Esse tipo de projeto precisa ser amplamente debatido, para evitar prejuízos à população. A aprovação de um texto

sem a técnica necessária pode trazer problemas irreparáveis aos cidadãos, violando frontalmente o princípio da segurança jurídica. Por isso, a OAB abre as suas portas, para que a sociedade brasileira discuta o tema com base em estudos e dados da Previdência”, explicou Felipe Santa Cruz.

Ao defender que os debates técnicos sejam embasados em dados, fatos e números da Seguridade Social, Santa Cruz também criticou a falta de transparência por parte do governo e a dificuldade em se obter informações fidedignas acerca do impacto das alterações nas contas da Previdência e da Seguridade

Social. “É muito importante que a advocacia tenha uma posição sólida em relação à reforma da Previdência, mas não podemos cair em uma discussão sem dados, sem consistência sobre esse tema. Não vamos abrir mão de debater o problema, mas a falta de transparência atrapalha”, criticou o advogado.

Além dos debates que serão realizados pelas Seccionais da OAB distribuídas pelo país, a Comissão Especial de Direito Previdenciário da OAB pretende realizar no dia 30 de abril, uma audiência pública na sede da entidade em Brasília.

Documento diz que “governo está tomado de assalto por grupos econômicos” e alerta para a “gravidade das atitudes que vem tomando”

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) divulgou no dia 28 de março uma nota de repúdio que critica os ataques feitos pelo governo Bolsonaro à classe trabalhadora e seus representantes.

Para o FST, os grupos econômicos que estão no governo “desejam pegar o dinheiro das aposentadorias, que hoje é dinheiro seu, e repassar aos bancos, buscando destruir a possibilidade dos brasileiros mais humildes se aposentarem”.

“Todo trabalhador vai dar ainda mais dinheiro aos bancos na maior transferência de renda aos muito ricos de que se tem notícia”, diz o documento.

A entidade, que congrega 22 confederações que representam trabalhadores da iniciativa privada, do funcionalismo públicos, profissionais liberais, trabalhadores autônomos e de órgãos de segurança pública, alerta para “a gravidade das atitudes que o governo vem tomando e suas consequências”.

Na nota, a entidade pede “a substituição dos irresponsáveis da equipe econômica do [governo] para acabar com a guerra ideológica vigente”. O FST afirma que o governo bolsonarista “está tomado de assalto por grupos econômicos que visam destruir, com uma simples canetada, todas as organizações sociais que são a rede de proteção da sociedade”.

A entidade critica a publicação pelo Palácio do Planalto da Medida Provisória 873, que altera alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre eles, o dispositivo que permitia os empregadores descontarem a contribuição sindical diretamente da folha de pagamento de seus empregados. Pela regra do ministro da Fazenda do governo, Paulo Guedes, o pagamento deve ser exclusivamente por via de boleto bancário ou equivalente eletrônico.

“A MP 873, editada na calada da noite, viola a independência do Judiciário Trabalhista, que o governo já anunciou que quer extinguir e isso é muito grave. Não bastasse, faz clara chantagem com o Congresso ameaçando não pagar os salários dos servidores públicos. Precisamos fazer saber a estes estabaneados iletrados legais, que eles mandam nos seus bancos, mas quem manda no Brasil é a Lei”.

O documento pede ainda

que o governo respeite o Poder Legislativo para que o diálogo seja restabelecido.

A nota ainda critica a ação do executivo em desmontar a educação pública para “atender interesses estrangeiros e deixar o Brasil apenas como exportador de produtos básicos”. Segundo FST, “ao não desenvolver tecnologia própria corremos o risco de voltarmos a ser subdesenvolvidos. Não nos pode ser ofertado apenas as consequências ecológicas (vide Sobradinho)”.

Assinam a nota do FST as confederações participantes:

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, CNTTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, CONTTMAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes, Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos, CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, CONTCOP – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, CNTQ – Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos, CONATIG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos, CONATEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios, COBRAPOL – Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis, CONACATE – Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado, CSPM – Confederação dos Servidores Públicos Municipais.



Centrais se reuniram no dia 26. F. Divulgação Dieese

Centrais marcham para 1º de Maio unitário em defesa da Previdência

As centrais sindicais articulam um 1º de Maio unitário contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019), como continuidade dos atos unitários que ocorreram por todo o país no último dia 22 de março. Os sindicalistas se reuniram na última terça-feira (26), na sede do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para dar início às articulações para o ato do dia do trabalhador, bem como para lançar um abaixo assinado contra a reforma para circular nacionalmente a partir do dia 2 de abril.

As mobilizações do dia 22 de março iniciaram um “movimento forte que superou as expectativas”, diz o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre. “Há um sentimento de mudança, as pessoas

estão começando a compreender o que significa a reforma”, completou. Participaram da reunião as centrais Força Sindical, CTB, CUT, Intersindical, CSP-Conlutas e Nova Central.

De acordo com as entidades, foram organizadas manifestações em 120 cidades do país no último dia 22 de maio. As centrais apoiarão a paralisação nacional dos trabalhadores da educação prevista para o dia 26 de abril.

Na próxima semana, representantes das centrais sindicais irão ao Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a não aprovarem o projeto de Bolsonaro e Guedes.

As centrais voltarão a se reunir no próximo período para definir a organização do Dia do Trabalhador, buscando reunir todas as centrais.

Lítio argentino: ouro branco e extrativismo entreguista de Macri

Matéria de autoria do Observatório de Ciência e Tecnologia da Argentina*

No dia 14 de março passado, o presidente argentino Mauricio Macri inaugurou a “Mesa do Lítio”, na província de Jujuy, cujo objetivo é o de impulsionar o desenvolvimento do setor a partir de um modelo extrativista nas mãos de empresas transnacionais. Por isso, seguramente, se absteve de convocar o setor científico e tecnológico, peça chave na indústria do lítio.

Ao lado de Macri se sentaram Gerardo Morales, governador de Jujuy; Dante Sica, ministro da Produção e do Trabalho e ex-secretário da Indústria, Comércio e Mineração do presidente Eduardo Duhalde; e Guillermo Dietrich, ministro dos Transportes e membro da Fundação Pensar. Além de funcionários das províncias da região Noroeste do país (Jujuy, Salta, Catamarca) participaram representantes das câmaras e empresas mineradoras.

Não faltou à reunião o presidente da Câmara de Mineração, Mignacco Franco, chefe da mineradora Exar S.A, gerente de uma das maiores áreas de mineração no Salar de Olaroz-Cauchari, de Jujuy. A canadense Lithium Americas (62,5%) e a chinesa Ganfeng Lithium (37,5%) são as empresas participantes do consórcio que adquiriu a mineradora.

O setor científico e tecnológico, uma das partes fundamentais na indústria de lítio, não foi convidado a esta “mesa”.

No noroeste da Argentina, o chamado “ouro branco do século 21” é abundante, um mineral estratégico para o desenvolvimento tecnológico, principalmente para novas fontes de energia. Portanto, o principal objetivo da Mesa do Lítio é promover o desenvolvimento do setor com base em um modelo extrativista.

Em 30 de janeiro, o subsecretário de Desenvolvimento Mineiro, Mariano Lamothe, disse que em 2022 a Argentina poderia se tornar o segundo maior produtor de carbonato de lítio no mundo, com uma quantidade projetada de 290.000 toneladas por ano, triplicando a produção atual.

Lamothe é mestre em Finanças pela Universidad Torcuato Di Tella e licenciado em Economia pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Ele foi diretor de mercados de energia, mineração e infraestrutura da consultora Abeceb e, desde 2007-2013, fez consultorias para o governo argentino e projetos das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atualmente, participa do grupo de análise e discussão empresarial IDEA Jovem.

Chama a atenção que uma equipe de funcionários tão afim ao tema esqueça de enviar um convite ao Centro de Investigações Científicas e Tecnológicas sobre o Lítio, que funciona na cidade de Palpalá, Jujuy, tendo por objetivo específico desenvolver e fortalecer tecnologias para a aplicação do lítio, tanto para o armazenamento e conversão de energia como para a aplicação medicinal.

Este centro é liderado pela empresa estatal Y-Tec [cujos 51% pertencem à YPF e 49% ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (Conicet)]. Participam ali o Governo da província de Jujuy, a Universidade Nacional de Jujuy (UNJU), o Jemse (Jujuy Energia e Mineração SE) e equipes de trabalho das universidades nacionais de La Plata (UNLP) e Córdoba (UNC).

AGREGAR VALOR

O principal objetivo do Centro de Pesquisas Científicas e Tecnológicas sobre Lítio (Cinciet) – criado em 2014 – é agregar valor tecnológico a este metal e realizar todo o ciclo produtivo, desde a extração e purificação da matéria-prima (saís de lítio), passando pela elaboração de materiais ativos e eletrodos, até a fabricação de células de combustível (pilhas) e pacotes de células (baterias), com foco no uso de veículos elétricos.

Em toda a Argentina existem atualmente mais de 200 pesquisadores, ancorados principalmente no Cinciet, que se dedicam à pesquisa de lítio, principalmente na área de desenvolvimento de baterias para o setor energético.

O fato de que este amplo setor científico não tenha sido convidado para o lançamento da “Mesa de Lítio” em Jujuy, em particular ao maior centro de pesquisa do país, torna explícita a intenção de colocar em segundo plano a aplicação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento deste metal precioso, aprofundando assim um modelo de reprimarização da economia semelhante ao modelo argentino dos anos 30.

*Associado ao Centro Latino-americano de Análise Estratégica (CLAE-FILA). Publicado originalmente no portal estrategia.la

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Centenas de milhares nas ruas: Era Bouteflika agoniza na Argélia

A era Bouteflika agoniza. Na 6ª sexta-feira consecutiva de protestos (29), multidões bradaram repetidamente “Renúncia Bouteflika e leva Gaid Salah com você”, em resposta ao palpite do vice-ministro da Defesa e chefe do Estado Maior, general Ahmed Gaid Salah, sobre impeachment pela Corte Constitucional do octogenário e enfermo presidente, pelo artigo 102 – incapacitação para exercer o cargo -, para uma troca de nomes no palácio sem que nada realmente mude.

Contra o “artigo 102”, proposto pelo general, as ruas contrapõem o artigo 107 – “todo o poder emana do povo” – e chamam o atual regime de “governo dos mortos-vivos”, pela decrepitude e corrupção que o envolve.

Oposicionistas desancaram Salah por se meter a dar pitaco sobre questões constitucionais. Ele é aquele general que a revista ‘Jeune Afrique’ considerava “o sabre que sustenta Bouteflika”.

Por si só, a proposição revela que os dias de Bouteflika estão contados: até o exército argelino desembarcou da sua mal-sinada “transição”. Como exigem as ruas, “nem um minuto a mais com Bouteflika”, que cancelou

sumariamente as eleições marcadas para 18 de abril a pretexto de sua tardia “transição”.

BASTA

A paciência dos argelinos acabou no dia 22 de fevereiro, quando o palácio anunciou a candidatura de Bouteflika ao quinto mandato, aos 82 anos, enquanto este era internado em hospital após seis anos entrevado após um derrame e sem falar em público.

Já o entorno palaciano, que seu irmão caçula Saïd encabeça e que de fato é quem governa, tornou-se notório como “el issaba” (a gangue) – assim o chamam os manifestantes – pelas propinas nas transações com empreiteiros, apelidados de “oligarcas” por parasitarem os cofres públicos.

Em menos de um mês de protestos, o quinto mandato foi barrado e ao idoso mandatário restou apostar na transição sob seu controle – isto é, da “el issaba” -, com uma meia-constituente de notáveis, nomeada, seguida de referendo e eleições, em paralelo a um governo de tecnocratas encabeçado pelo novo primeiro-ministro, Noureddine Bedoui. Leia mais em horadopovo.org.br

Chilenos tomam Santiago pelo fim da capitalização da Previdência



Chilenos exigem também reajuste imediato de 20% nas aposentadorias

"Venezuela precisa superar o caos de Maduro e o desequilíbrio de Guaidó"

"Instalou-se o caos como algo normal na sociedade. O establishment político, tanto o encastelado no governo como o da oposição, é responsável por esta absurda situação, ao converter a política em um exercício de irracionalidade, onde predominam o medo, o ódio e o fanatismo", afirmou Rafael Ramírez, que já exerceu as funções de presidente da estatal PDVSA, e foi ministro de Energia e Petróleo de Hugo Chávez, assinalando que “o maior peso dessa responsabilidade recai sobre o governo e as instituições do Estado, pois as mesmas têm o monopólio da violência, abundantes meios e recursos; e, claro, mais que qualquer um, têm a obrigação de atuar no marco da Constituição e das leis”.

“Ficou para trás o período do exercício da política com ‘P’ maiúsculo do presidente Chávez, da arte da política, o debate das ideias, o confronto de programas, modelos de país. Não foi fácil atingir esse nível, mas era um propósito deliberado do presidente Chávez: garantir o exercício pleno da democracia participativa; dar voz e direitos a todos os setores do povo, aos excluídos; dotá-los de razões sagradas para a luta”, esclareceu no artigo “Voltar à razão”, publicado no site aporrea.org.

“Alcançaram, utilizando dinheiro do Estado venezuelano, a hegemonia sobre os meios de comunicação; ou porque seus testas de ferro os compram; ou porque recorrem à ameaça, sanções ou ainda lhes tiram o acesso ao papel. Criaram-se dentro das instituições e empresas do Estado grupos proto-fascistas que perseguem, vigiam, apontam a quem discorde de Maduro, do governo ou simplesmente, se queixe de sua situação”, frisou. Referindo-se à tentativa

do atual presidente de colocar a culpa pelos problemas que o país sofre para fora de sua responsabilidade, o ex-ministro apontou que “governo não tem formas de explicar como é possível que se produza um suposto ‘ataque’ ao sistema elétrico e outro e depois outro. Não pode explicá-lo porque boa parte do território nacional, sobre tudo no ocidente do país, tem sofrido permanentes apagões e racionamentos há pelo menos 5 anos”.

“Não pode explicar”, prossegue o ex-ministro, “porque não terminam de entrar em operação todas as centrais termelétricas que entregamos funcionando devidamente à Corporação Elétrica Nacional, Corpoelec, à Petróleos de Venezuela, PDVSA e às Empresas Básicas. Não podem explicar porque a Termelétrica Tacoa deixa Caracas às escuras. Não podem explicar porque sequer funcionam as usinas elétricas em hospitais, aeroportos, estações de bombeamento de água, telecomunicações. Não podem explicar porque o governo deixa o povo sozinho em sua tragédia; porque não há gasolina, nem água, nem comunicações; porque tanta incapacidade e indolência”.

“É o drama de uma ‘esquerda’ oportunista, acomodaticia, que faz anos que perdeu a garra, pessoas que sempre tiveram receio de Chávez, sempre foram hiper-críticas ao Comandante Chávez, a seu suposto ‘messianismo’; e hoje são furibundos ‘maduristas’”. E o drama de dirigentes e partidos que se proclamam revolucionários, porém terminaram na rabeira do pior governo de nossa história; o mais impopular e reacionário, o que entregou o petróleo, o ouro, a soberania da pátria”, denuncia Ramírez.

O ex-presidente da PDVSA, homem de confiança de

Hugo Chávez, não aliviou a oposição, chefiada por Guaidó, sublinhando que “tem cedido seu exercício da política a ‘influencers’, como os chamam no mundo ‘tuiter’”. Qualquer desequilibrado cheio de ódio, rancor ou com ânsias de revanche, chama à guerra, pede a invasão, a entrada de tropas estrangeiras, mas eles, com certeza, o assistirão desde Miami. Não mandarão seus filhos a morrer nessa invasão. São irresponsáveis”.

“Ou voltamos à razão ou nosso país será levado pelo demônio da violência. Torna-se incrível e ao mesmo tempo injusto com o nosso povo o fato de que setores políticos, patriotas, dirigentes de distintos setores do país, outrora vozes críticas, que devem funcionar como marcadores do pensamento político, guardem silêncio, estejam sepultados sob a chantagem do medo, o jogo do ódio ou tenham cedido seus espaços ao fanatismo e à manipulação. Ao contrário, agora é quando se impõe o valor do dirigente político, a voz que oriente em meio ao caos, ao tumulto, com valor, idéias, sem que na mais importe. Nós o temos apontado: aqui não se trata de tirar Maduro para por fulano ou beltrano. Não. Aqui se trata de que uma Junta Patriótica de Governo civil-militar, que represente todo o país - onde estejam os militares patriotas - dê um passo à frente, tire Maduro do poder; acabe com este pesadelo destrutivo, restabeleça plenamente a vigência da Constituição Bolivariana, a soberania do povo venezuelano e comece-mos, desde o abismo em que estamos, a reconstrução da Pátria, de suas instituições, de seu funcionamento para reconquistar o futuro que nos têm arrebatado e que, afinal, é a razão sagrada para seguir lutando”, concluiu Rafael Ramírez.

Porta-voz da chancelaria russa: “EUA não nos determina tempo de permanência na Venezuela”

A ministra do Exterior da Rússia, Maria Zakharova, respondeu a declarações de Trump e do chefe do Departamento de Estado dos Estados Unidos exigindo que os russos se retirassem da Venezuela afirmando que os russos ficarão “o tempo necessário à implementação dos acordos bilaterais com o governo venezuelano, dentro do enquadramento legal internacional”.

“A Rússia tem que sair”, declarou o presidente norte-americano, no dia 24, ao receber, no Salão Oval da Casa Branca, a esposa do autoproclamado Guaidó, Fabiana Rosles. Trump fez a advertência depois que dois aviões de carga da Força Aérea russa aterrissaram em solo venezuelano, um com 35 toneladas e equipamento e outro com 100 assessores e técnicos militares sob o comando do general Vassily Tonkoshkurov. Que referiu-se aos acordos firmados com o governo venezuelano como “de caráter técnico-militar”.

Zakharova contestou a arrogante declaração afirmando que antes de “dar conselhos



Zakharova: “Aviões dos EUA não trazem democracia”

a quem quer que seja sobre retirada, os Estados Unidos deveriam voltar a tratar de sua própria retirada da Síria”, referindo-se à presença de tropas com atividade bélica, sem nenhum convite e em desacordo com o governo sírio.

Ao lado da esposa de Guaidó, Trump respondeu aos repórteres que lhe perguntaram como ele faria os russos saírem, voltou a fazer ameaças de intervenção militar dizendo, mais uma vez: “Vamos ver. Todas as opções estão sobre a mesa”.

A porta-voz russa respondeu à altura questionando “o que eles estão fazendo no hemisfério oriental?” e ironizou: “Talvez eles acreditem que as pessoas desta parte do mundo ficarão agradecidas quando Washington mudar seus líderes deliberadamente e matar os indesejados. Ou os EUA ainda acreditam que as pessoas estão esperando que os americanos lhes tragam a democracia nas asas de seus bombardeiros. Pergunte aos iraquianos, líbios ou sérvios sobre isso.”

“Abuso, Fraude e Pobreza”, foi como manifestantes nas ruas da capital e outras cidades trataram a privatização da Previdência imposta pela ditadura de Pinochet

Com faixas, cartazes e camisetas condenando o sistema de capitalização implantado pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e identificando as Administradoras de Fundos de Pensão (AFPs) com “Abuso, Fraude e Pobreza”, uma multidão tomou as ruas de Santiago e das principais cidades do Chile neste domingo para exigir o aumento imediato de 20% nas aposentadorias e um “novo modelo previdenciário digno, com redistribuição solidária”.

“Não quero que o meu futuro seja igual ao presente da minha avó”, denunciou uma jovem, erguendo alto sua cartolina. “Parem de nos roubar; acabem com as AFP”, reforçou uma outra. Como elas, milhares de manifestantes disseram um sonoro não à reforma que o presidente Sebastián Piñera quer implementar; mantendo o figurino neoliberal ditado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

“Piñera pretende continuar incorporando medidas que não fazem nada além de manter o respirador artificial deste sistema que está em colapso, o que parece ser uma provocação”, declarou Luis Mesina, porta-voz do movimento No+AFP, organizador da mobilização, para quem “é hora de vincular; pouco a pouco, passo a passo as lutas dos movimentos sociais”. Entre as pautas que merecem destaque, indicou, está a luta contra o Tratado Integral e Progressivo da Parceria Transpacífico (TPP 11), celebrado recentemente no Chile, que entrega plenas garantias ao capital estrangeiro. Até sua assinatura, o documento permaneceu em segredo, passando por cima do Congresso e da cidadania. “Se aceitarmos que se consume esse TPP”, alertou, “perderemos parte importante da nossa soberania e, consequentemente, nossa reivindicação para retomar a Seguridade Social ficará muito mais complexa”.

A preocupação procede. Neste momento, as AFPs são controladas por transnacionais que especulam com um patrimônio coletivo de US\$ 220 bilhões dos chilenos, dinheiro equivalente a 2/3 do seu Produto Interno Bruto (PIB). Dois terços destes recursos, US\$ 151,9 bilhões, se encontram, segundo a Fundação Sol, sob controle de três empresas norte-americanas: Habitat, US\$ 57,76 bilhões (27,4%); Provida, US\$ 53,03 bilhões (25,2%) e Cuprum, US\$ 41,14 (19,5%).

APITOS E TAMBORES

De forma uníssona, apitos e tambores fizeram ressoar o repúdio ao sistema que o governo Piñera quer perpetuar; através da redobrada chantagem aos parlamentares – já que não tem maioria nem na Câmara nem no Senado.

A privatização da Previdência chilena foi implementada em 1981 via capitalização individual, num processo que contou com a participação de José Piñera, irmão de Sebastián, então ministro do Trabalho e Previdência Social de Pinochet.

O fato é que embora tenham prometido taxas de retorno de 70% e inclusive de 100% da remuneração quando chegasse o ano de 2020, hoje as pessoas ficam pobres ao se aposentar. A própria Superintendência de Pensões reconhece que quem se aposentava com US\$ 700 tem atualmente uma taxa de retorno de apenas 33% se é trabalhador e de tão somente 25% se é trabalhadora, o que equivale a míseros US\$ 231 e US\$ 175, respectivamente.

“O grande problema é que esta realidade é invisibilizada pelos grandes meios de comunicação, pelos canais de rádio e televisão, que manipulam grosseiramente a realidade, divulgando mentiras e escondendo verdades”, apontou Luis Mesina. O coordenador do movimento NO + AFP citou como exemplo um recente estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que “desmente de forma contundente que o sistema de Seguridade Social, complementar e solidário como o que

defendemos, está quebrado nos países onde foi implementado”. “Os sistemas privados são os únicos que geram desigualdade social, aumento do gasto fiscal e deterioração das aposentadorias, entre os quais o chileno está entre os mais brutais”, assinalou.

“Milhares de chilenos voltaram a marchar e exigir de forma clara e contundente que se ponha fim a esta grande fraude e que seja criado um sistema que garanta benefícios justos e deixe de ser um negócio para os grandes grupos econômicos, para banqueiros e companhias estrangeiras”, declarou Luis Mesina, frisando que “nossa estratégia não é seguir marchando, mas vigiar como votam os parlamentares que se dizem de oposição”. “Os parlamentares não podem se deixar pressionar pela chantagem e devem passar a exigir uma transformação estrutural da Previdência”, frisou.

Para a presidenta da Central Unitária de Trabalhadores (CUT-Chile), Bárbara Figueroa, os parlamentares precisam levar em conta a proposta que foi entregue recentemente pelo movimento popular, “pois foi a única reivindicação feita a partir de uma consulta, de um amplo debate e que tem o peso específico da cidadania e o respaldo das massivas mobilizações”. “Um sistema de pensão justo precisa agora ser incorporado na agenda”, asseverou.

FRAUDE

“Se uma professora tem uma renda de 150 mil pesos e tem que comprar um remédio de 80 mil não lhe sobra nada, sequer para comer. Estas são as aposentadorias pagas por esse sistema. E o projeto levado pelo governo ao Congresso não corrige, bem pelo contrário: consolida este modelo, consolida a fraude, e por isso queremos que seja rechaçado”, explicou o presidente do Sindicato dos Professores do Chile, Mario Aguilar. Na verdade, sustentou, “precisamos construir um sistema previdenciário de verdade, de distribuição solidária”.

Marchando ao lado das lideranças sindicais, estudantis e comunitárias, o deputado Boris Barrera destacou que “somos milhares contra um sistema que empobrece os trabalhadores”.

“Me parece vergonhoso que não tenhamos um sistema que garanta uma aposentadoria digna, que as pessoas terminem vivendo em condições miseráveis”, acrescentou o deputado Tomás Hirsch.

Ao concluir o ato, Luis Mesina reiterou que a iniciativa popular de lei entregue pela NO + AFP “não provoca destruição da poupança interna, não gera desequilíbrios fiscais, baixa nos primeiros cinco anos de sua implementação o gasto público em mais de 1%, não reduz as economias acumuladas individualmente, mas complementa esta poupança e o mais importante: permite de forma gradual num prazo de cinco anos estabelecer uma aposentadoria base, universal, de um salário mínimo”.

Isso é muito importante, esclareceu a vice-presidenta da CUT Chile, Amália Pereira, pois “após a privatização os trabalhadores se aposentam com tão somente 1/3 do último salário”.

O resultado desta situação tem se refletido no agravamento da depressão e do número de suicídios. Conforme o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio – 17,7 por cada 100 mil habitantes – seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Conforme o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento são índices mórbidos, que crescem ano e ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”.

LEONARDO W. SEVERO



Francisco durante sua visita a Marrocos

Papa: migração se resolve com justiça social, nunca com construção de muros

“O tema da migração nunca se resolverá levantando barreiras, fomentando o medo aos demais ou negando ajuda a quem aspira legitimamente a uma vida melhor para si e suas famílias”, afirmou o papa Francisco neste sábado em visita ao Marrocos, frisando a necessidade de que os governos enfrentem o problema, que é uma “ferida grande e dolorosa”.

“Também sabemos que a consolidação da paz verdadeira vem através da busca da justiça social, que é indispensável para corrigir os desequilíbrios econômicos e a instabilidade política que sempre tiveram um papel importante na geração de conflitos e na ameaça a toda a humanidade”, frisou.

Conforme o sumo pontífice, “este compromisso comum é necessário para não conceder novos espaços aos ‘mercadores de carne humana’, que especulam com os sonhos e as necessidades dos migrantes”.

Diante da gravidade do problema, sublinhou Francisco, “não queremos que nossa palavra seja a indiferença e o silêncio”.

“Ainda mais quando se constata que são muitos milhões de refugiados e os demais migrantes forçados que pedem a proteção internacional, sem contar as vítimas do tráfico e das novas formas de escravidão nas mãos de organizações criminosas. Ninguém pode ser indiferente a esta dor”, enfatizou.

Marrocos se converteu em ponto de saída chave para os migrantes africanos que tentam chegar à Europa depois da violenta repressão que impediu ou limitou as rotas por outros lugares.

Nos últimos meses, a questão da migração voltou novamente a estar à frente dos debates políticos em vários países do norte da África e da Europa, além obviamente dos Estados Unidos onde Trump se empenha em construir um imenso muro na fronteira com o México. “Quem levanta um muro termina prisioneiro do muro que levantou. Isso é lei universal. Dá-se na ordem social e na ordem pessoal. As alternativas são as pontes, construir pontes”, reiterou o Papa, em entrevista no domingo.

Para o chefe do Vaticano, “a mãe Europa se tornou avó demais, envelheceu de repente. Para mim, o maior problema da Europa é que se esqueceu de quando, depois da guerra, seus filhos iam bater nas portas da América”.

‘EUA tem atitude de perdedor porque é incapaz de competir’, diz Huawei

O governo dos EUA tem uma atitude de perdedor. Quer difamar a Huawei porque não pode competir conosco. Os EUA abandonaram todas as maneiras à mesa”, disse Guo Ping, segundo o Financial Times. Com a venda de 200 milhões de telefones no ano passado e alta de lucro líquido de 25% em relação a 2017, a Huawei tornou-se a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do mundo.

A gigante chinesa já havia superado a Apple em número de aparelhos comercializados no segundo semestre do ano passado e os relatórios apresentados pela companhia apontam nada menos do que US\$ 100 bilhões em vendas globais em 2018. O presidente Guo Ping não poupou críticas aos Estados Unidos por acusar, sem provas, a empresa por espionagem e outras alegadas ilegalidades.

A Huawei está a caminho de se tornar a maior vendedora de smartphones do mundo até 2020, possivelmente superando a Samsung. A empresa chinesa aposta em um forte crescimento em regiões como Europa, Oriente Médio e África.

Tanto os Estados Unidos quanto a Austrália proibiram a Huawei de concorrer a contratos de infraestrutura de rede 5G, a próxima geração de internet móvel. O pretexto usado pelo governo dos EUA para tentar banir a Huawei seria a suposta brecha em seus dispositivos para coletar infor-

mações e entregar ao governo chinês. Guo Ping diz que fazer isso seria “suicídio para os negócios” e comprometeria a reputação não somente da marca como do país.

“Temos mais de 90 mil acionistas-funcionários. Quaisquer ações ruins prejudicariam esse acionistas e iriam contra os interesses da administração da empresa. A Huawei nunca faria isso. Nós nunca iríamos contra nossos princípios básicos de negócios”, assegurou Guo, à Bloomberg, em entrevista publicada no YouTube hoje (29) pela manhã.

Guo Ping falou sobre “quem espiona quem” no Mobile World Congress (MWC) 2019, na Espanha, fazendo menções à Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) norte-americana. De forma irônica ele sugeriu aos repórteres para “falar com Edward Snowden” sobre os assuntos espionagem massiva e confiabilidade.

Guo prosseguiu: “a ironia é que a lei americana US Cloud Act permite que suas entidades governamentais acessem dados além de suas fronteiras” e apontou que as empresas de tecnologia americanas estão alinhadas com os interesses de segurança de seu próprio governo. “Assim, quanto mais equipamentos da Huawei estiverem instalados nas redes de telecomunicações do mundo, mais difícil será para a NSA coletar tudo” mundo afora.

Equador dobra-se a Trump e muda o asilo de Assange para prisão

Reuters



Assange, fundador do WikiLeaks, na embaixada do Equador, em maio de 2017

Merkel: Europa deve aderir à iniciativa da China para ampliação do comércio

Angela Merkel, chefe do governo da Alemanha, declarou que a iniciativa chinesa – a Nova Rota da Seda – é um projeto importante, que os países europeus gostariam de aderir e destacou que a cooperação deve ter por base a reciprocidade de Pequim.

A chanceler alemã expôs sua opinião após conversas com o presidente da França, Emmanuel Macron, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e o presidente da China, Xi Jinping, que se encontrava em visita oficial à França.

“Nós, como europeus, queremos desempenhar um papel ativo e isso deve levar

a certa reciprocidade e ainda estamos discutindo sobre isso”, acrescentou Merkel.

O presidente Xi Jinping chegou à França após visita de três dias à Itália. No sábado (23), Itália e China assinaram o memorando de entendimento para participar da iniciativa junto com a China.

O presidente Macron pediu uma abordagem mais consolidada em relação à China entre os aliados europeus, ao mesmo tempo em que Paris assinava contratos multibilionários com Pequim.

A Iniciativa Nova Rota da Seda deverá fornecer ligação eficaz e ampliar

a cooperação da China com mais de 152 países do Sudeste e Ásia Central, Oriente Médio, Europa, América Latina e África por meio de vários projetos de infraestrutura.

O projeto, proposto pelo presidente Jinping em 2013, objetiva impulsionar fortemente o comércio internacional, reduzindo os custos de comercialização pela metade para os países integrados. A China investiu bastante neste grande projeto e fez aporte de US\$ 900 bilhões, que inclui participação no financiamento de projetos em países parceiros. Grande parte desse investimento tem beneficiado as empresas estatais chinesas.

Parlamento britânico derrota pela 3ª vez a proposta de “acordo Brexit” de Theresa May

Nem oferecendo a própria cabeça, e apesar de ‘fatiamento’ desesperado de última hora, a primeira-ministra Theresa May conseguiu empurrar goela abaixo do parlamento – e dos britânicos – seu ‘acordo Brexit’ regateado com Bruxelas. Por 344 votos a 286, o plano May foi derrotado pela terceira vez, no dia originalmente marcado para a saída oficial do Reino Unido da União Europeia.

Enquanto a votação ocorria no parlamento, milhares de britânicos foram às ruas de Londres em defesa do Brexit e em repúdio às tentativas de passar por cima do referendo de 2016. Logo após o resultado, a União Europeia anunciou uma cúpula de emergência no dia 10 de abril, dois dias antes do prazo oficialmente anunciado de saída sem aprovação de acordo, depois de ter emitido na véspera uma declaração arrogante.

O terceiro rechaço consecutivo do acordo Brexit da primeira-ministra na Câmara dos Comuns levou o líder trabalhista Jeremy Corbyn a pedir a renúncia de May e a convocação de eleições gerais, petição apoiada pelos nacionalistas escoceses do SNP.

“CHEGANDO AO LIMITE”

“As implicações da decisão da Câmara são sérias. A consequência jurídica agora é que o Reino Unido tem de sair da União Europeia em 12 de abril. Em apenas 14 dias. Isso não é o suficiente para concordar, legislar e ratificar um acordo, no entanto, a Casa deixou claro que vai não permitir uma saída sem acordo. Nós vamos ter que concordar em um caminho alternativo para a frente”, lamuriou-se May.

Ela também chantageou os deputados dizendo que, agora, o mais provável é que os ingleses tenham de participar do desgastante processo eleitoral do Parlamento Europeu em maio. Mas acabou tendo de admitir

que “estamos chegando aos limites desse processo nesta casa” – o que só uma eleição geral poderia solucionar.

ELEIÇÕES JÁ

O líder opositorista Corbyn afirmou que o parlamento “tem sido claro que este acordo tem que mudar agora, tem que ser encontrada uma alternativa”. “Se a primeira-ministra não pode aceitar isso, então ela deve ir – não em uma data indeterminada no futuro, mas agora, para que possamos decidir o futuro deste país através de uma eleição geral”.

O líder dos nacionalistas escoceses (SNP), Ian Blackford, disse que o acordo Brexit do governo May estava “absolutamente morto”, o que só poderia ser corrigido por “uma eleição geral ou segundo referendo”. “A primeira-ministra não tem nenhuma credibilidade. Devemos colocar isso de volta ao povo”.

Também um representante da ala pró-Brexit dos conservadores, Steve Baker, cobrou a renúncia de May, já que seu acordo já havia sido rejeitado duas vezes – por 230 votos em janeiro e 149 em março.

No fracasso de May, não faltou sequer o jeitinho britânico. Fatiou seu acordo Brexit em dois, para driblar a proibição regimental de votar o mesmo tema mais de duas vezes. O Acordo propriamente dito, de 585 páginas, foi à votação e barrado. A aprovação até esta sexta-feira 29 de março era uma exigência de Bruxelas, para aceitar a saída de maio. A “Declaração Política” de 36 páginas não foi à votação.

O placar menor da derrota de May tem uma explicação simples: a oferta de renúncia trouxe para seu lado, no momento, todos os eurocéticos conservadores que se vêem como o próximo primeiro-ministro, como o louro Boris Johnson, o

carola Jacob Rees-Mogg e o ex-secretário do Brexit, Dominic Raab.

Além do seu isolamento no parlamento britânico, é visível que os governos da União Europeia já não acreditam que May seja capaz de liderar a aprovação de qualquer acordo entre Londres e Bruxelas.

Na véspera, uma reunião na sede da UE definira três imodestas pré-condições para o caso de não-acordo. Até 18 de abril o Reino Unido teria de sinalizar que irá pagar à UE 39 bilhões de libras esterlinas (multa pela saída) – mesmo se o parlamento não ratificar o acordo. Manutenção do ‘backstop’ na fronteira inter-irlandesa – e portando da jurisdição europeia acima da britânica – para salvaguardar o Acordo de Sexta Feira Santa que pacificou a Irlanda do Norte – o que se choca com o entendimento de grande parte dos parlamentares britânicos de que isso implica em que todo Reino Unido ficará sob as regras da UE sem direito de opinar, por tempo indeterminado. Por fim, “respeito aos direitos de residência e coordenação de segurança social”.

A isto se seguiu declaração logo depois da votação, em que a Comissão Europeia adverte que o “cenário de não-acordo em 12 de abril” é agora “provável”. Acrescenta que a UE tem estado se preparando para isso “desde 12/2017” e que está “plenamente preparada”. “Permaneceremos unidos”.

Vem então a ameaça: “Benefícios do Protocolo de Entendimento, inclusive o período de transição, não serão replicados no cenário de não-acordo”. “Mini-acordos setoriais não são uma opção”.

“O risco de um não-acordo Brexit é muito real”, salientou o premiê holandês, Mark Rutte. Mas um negociador europeu acredita ainda em uma janela de oportunidades para um acordo...

A.P. Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br

A jornalista norte-americana Cassandra Fairbanks registrou que a sua visita a Assange “tinha, de fato, se tornado muito semelhante às visitas que fizera a presos em penitenciárias federais nos EUA”

Apenas algumas semanas após o relato do cineasta e jornalista John Pilger ‘O Homem que Não se Dobra ao Grande Irmão’ – sobre as condições draconianas impostas a Julian Assange dentro da embaixada do Equador em Londres onde supostamente é asilado político – Cassandra Fairbanks, jornalista do site Gateway Pundit, acaba de testemunhar uma alteração entre o atual embaixador, Jaime Alberto Marchán, e Assange, quando este resiste às arbitrariedades.

Com uma visita agendada de uma hora, ela apenas pôde dar um abraço em Assange e trocar algumas palavras, no saguão, por menos de oito minutos.

“Isto é uma prisão? É assim que você trata um prisioneiro, não um refugiado político!”, exclamou Assange, ao ser informado de que teria que se submeter a um exame de corpo inteiro com detector de metal, para poder se reunir com Cassandra.

“Do que você tem medo em relação a eu me encontrar com um jornalista? Do que a embaixada tem medo?”, questionou Assange, o editor que o governo Trump quer extraditado e julgado por ‘espionagem’ por fundar o WikiLeaks, que vazou centenas de milhares de arquivos sobre os crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão, inclusive o massacre de 16 civis desarmados por um helicóptero dos EUA em Bagdá (vídeo ‘Assassinato Colateral’).

Como já vazou, Trump está acelerando o processo secreto de extradição contra Assange, iniciado no governo Obama, em busca de exibi-lo como troféu antes da eleição de 2020.

Cassandra, que já visitou três vezes Assange desde o ano passado, pôde registrar essa situação, por ter sido trancada à chave dentro de uma sala próxima, enquanto aguardava uma definição sobre a visita, marcada para iniciar às 16h e se encerrar impreterivelmente às 17 h. Como todos os visitantes, foi submetida a revista e para evitar as regras de vigilância obsessivas em vigor, optou por sequer levar celular, apenas caneta e caderno.

EMBAIXADOR CARCEREIRO

“Você está agindo como um agente do governo dos Estados Unidos e me impedindo de falar com um jornalista americano sobre essas violações”, exigiu Assange. “Que tipo de estado soberano permite que seus embaixadores sejam interrogados por outra nação? Nenhum Estado que se auto-respeite faz isso!”.

Afirmação que se refere à rastejante permissão dada em janeiro pelo governo Moreno aos EUA para interrogar pessoas com imunidade diplomática.

“Você tem trabalhado com o governo dos EUA contra mim, é vergonhoso! Você é um agente do governo dos EUA e haverá consequências para seus atos ilegais”, continua Assange.

Em algum momento, Marchán se atreve a alegar que a vigilância sobre Assange “é para nossa proteção e para protegê-lo”.

“Estou tentando ter uma conversa particular com um jornalista. Eu também sou jornalista – e você está me impedindo de fazer o meu trabalho. Como posso transmitir a esse jornalista com segurança meus maus-tratos e a ilegalidade que está ocorrendo aqui, sob vigilância?”, reiterou a Marchán o fundador do WikiLeaks.

Em certo momento, o embaixador diz a Assange: “eu quero que você cale a boca”. “Eu sei que você quer que eu cale a boca – o presidente equatoriano já me amordagou”, retrucou Assange. “Estou proibido de produzir jornalismo.”

Ao se recusar a ser submetido a varredura de corpo inteiro, Assange denunciou que isso era “indigno e impróprio”. Como Cassandra

assinalou, “eles não haviam feito isso com nenhum visitante nos quase sete anos em que Assange vive lá, inclusive nas minhas visitas anteriores”.

A jornalista registrou que a visita a Assange “tinha, de fato, se tornando estranhamente semelhante às visitas que fiz a detentos em penitenciárias federais nos EUA”. “Parecia que o nosso governo estava conseguindo o que queria do Equador, como dissera um ex-funcionário do Departamento de Estado ao Buzzfeed em janeiro: ‘até onde sabemos, ele [Assange] está preso’”.

Assange fez ainda a observação de que o embaixador colocou sua própria privacidade em risco com seus esforços para ajudar a espioná-lo. (Durante anos, havia uma máquina de ruído branco na sala de conferências, para proteger o embaixador e outros funcionários durante conversas confidenciais, agora removida). “O próprio equipamento da embaixada que foi usado para protegê-lo foi removido para ajudá-lo [o governo dos EUA] a espionar-me”, denunciou Assange.

DETECTOR DE METAL

Assim que um agente da embaixada, que entrou na sala em que estava trancada, percebeu que ela estava tomando notas, ele ligou um televisor alto o bastante para não poder se ouvir mais nada. Até mesmo um advogado de Assange foi submetido a inspeção por detector de metal, relatou Cassandra.

Ela foi informada pelo advogado que as autoridades equatorianas estavam exigindo que Assange fosse revistado. “Concordar com esses termos draconianos estabeleceria um mau precedente – então ele não tinha certeza se a visita iria em frente”.

Quando tentou se atualizar com o pessoal da embaixada, foi que Cassandra percebeu que as duas portas da sala tinham sido trancadas por fora. “Foi quando percebi que as autoridades equatorianas haviam deliberadamente me aprisionado na sala”.

Nesta quinta-feira (28) completa-se um ano de que Assange foi amordaçado pelo atual regime equatoriano e praticamente isolado do mundo. Tratamento que o ex-presidente, Rafael Correa, que teve a corajosa atitude de conceder o asilo, classificou de “tortura”.

Nesta sexta-feira e sábado, estão convocadas vigílias diante da embaixada em Londres.

Em julho do ano passado em entrevista ao El País, o presidente Moreno disse que sua “solução” ideal seria que Assange pudesse “curtir” ser “extraditado”, se o Reino Unido prometer que os EUA não aplicarão pena de morte.

A prisão arbitrária de Chelsea Manning, por se recusar a depor contra Assange perante o júri secreto de Trump, é um indicio de que Washington está jogando pela extradição o quanto antes. A própria divulgação da existência do júri secreto, por vazamento dito accidental, pode ser outro. O ex-diretor da CIA e atual Secretário de Estado, Mike Pompeo, já chamou o WikiLeaks de ‘serviço não-estatal hostil de espionagem’.

Segundo fontes do regime Trump, as alegações contra Assange incluem “conspiração”, “espionagem” e “roubo de propriedade governamental”, incluindo o Cablegate, os War Logs (Iraque e Afeganistão) e o CIA Vault 7 – além da ajuda a Snowden a escapar da perseguição de Washington e conseguir asilo.

Entre as entidades que estão denunciando ameaças a Assange e repudiando o júri secreto e a extradição, estão a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a Associação Americana para as Liberdades Cíveis (ACLU).

ANTONIO PIMENTA

Leia mais em

www.horadopovo.org.br

100 anos de Jango: o Ano Novo aos brasileiros por um Novo Brasil - (1)

Continuando nossas comemorações do centenário do presidente João Goulart, apresentamos, hoje, ao leitor, dois discursos essenciais para o conhecimento da obra – e do próprio Jango.

Ambos foram mensagens aos brasileiros, pela passagem do ano.

A primeira, no próprio ano em que Jango assumiu o governo – depois da resistência da legalidade e

do acordo que redundou no estabelecimento provisório do parlamentarismo.

O segundo, exatamente um ano depois, às vésperas do plebiscito que devolveria os seus poderes constitucionais por ampla maioria: a 6 de janeiro de 1963, o presidencialismo obteve 82% dos votos (9.457.448) contra 17,9% (2.073.082 votos) que preferiram o parlamentarismo. C.L.

JOÃO GOULART

31 DE DEZEMBRO DE 1961

A véspera de um novo ciclo no correr do tempo, quero dirigir-me a todos vós, meus patrícios, para comunicar-vos algumas reflexões que me sugerem os acontecimentos deste agitado ano que hoje finda, bem como palavras de justificada esperança nos dias que amanhã começaremos a viver.

Este é o grande instante para o desanuviamento dos espíritos, para a conciliação dos corações, para o abandono dos ressentimentos, para o sepultamento dos ódios e das prevenções. Este é o momento de convocar todos quantos sejam ou possam vir a ser úteis à tarefa de contribuir para que o Brasil tenha mais tranquilidade e estabilidade, para prosseguir na jornada pelo destino da Pátria, aperfeiçoando as suas instituições, melhorando as condições de vida de milhões de deserdados, que ainda não se integraram nas belas perspectivas que temos o dever e o direito de almejar para a grande comunidade nacional.

Ao se verificar a renúncia do Presidente Jânio Quadros, obrigava-me o dever, em razão do cargo a que fui elevado pelo voto consciente do povo, a assumir, na plenitude dos poderes constitucionais, a superior magistratura da Nação. Mas, pesando bem as responsabilidades do meu gesto, preferi aceitar a solução que o Congresso Nacional, em seu alto tirocinio, houve por bem consertar em benefício da paz e da fraternidade entre os brasileiros. Foi uma decisão que tomei sem nenhum ressentimento, com a consciência tranquila, na convicção de estar prestando leal colaboração ao País e aos meus irmãos brasileiros.

Posso proclamar que tudo tenho feito no sentido de não criar quaisquer dificuldades ao novo sistema instalado no País. Com a modificação introduzida pelos acontecimentos de agosto, não foram, entretanto, solucionados os verdadeiros problemas nacionais. Antes, evidenciou-se a necessidade de empreender, com lucidez e coragem, as reformas de que carecemos, para ajustar o Estado e o processo administrativo às exigências das necessidades nacionais.

Ninguém mais duvida de como se torna imperioso reformular certos conceitos que entravam o livre desenvolvimento das nossas forças econômicas, constroem e desfiguram a realidade social, pois exprimem o que não mais existe e não exprimem o que é fato indiscutível.

O clamor público pelas reformas de base indica-nos que atingimos um grau de compreensão da nossa realidade que nos fará criar, com os próprios recursos de inteligência e trabalho, os meios indispensáveis à construção do progresso do nosso País.

Não somos uma nação pobre, desde que descobrimos a imensa riqueza que é a união

do povo decidido a libertar-se da pobreza.

Vejo, por isso, com o mais saudável otimismo, o alvorecer deste Ano Novo, que há de trazer-nos a solução de alguns dos problemas que agora nos afligem, pois nele o povo será convocado a escolher os seus representantes no Parlamento, o que equivale à reaproximação com a única fonte de onde deve emanar o poder.

Temos problemas árduos a resolver, mas são precisamente aqueles que decorrem da marcha da nossa evolução econômica e social.

Considerado na perspectiva histórica mais geral, o ano encerrado foi extremamente rico de sucessos e de lições. Progredimos na produção econômica, apesar de persistirem os desequilíbrios que dificultam a ordenação financeira e se exprimem na inflação não dominada.

Contudo, não foi estancado o crescente ingresso da mão-de-obra no mercado do trabalho, o que significa estar a Nação oferecendo meios de existência a parcelas cada vez maiores da população.

Entre outras medidas e providências tomadas no ano que hoje finda, a conversão em lei do plano de desenvolvimento regional do Nordeste constitui notável marco no progresso do desenvolvimento nacional e assenta bases na próxima e definitiva liquidação dos desumanos e inadmissíveis padrões de vida que ainda torturam, ali, milhões de patrícios.

Não cessamos de crescer mesmo nos dias de ansiedade política e de mal-estar social. À medida que nos desenvolvemos, vai-se também ampliando uma consciência de justiça social, com o patriótico objetivo de corrigir desacertos e minorar contrastes que podem ameaçar a harmonia entre os brasileiros.

É preciso que pratiquemos a democracia real, aquela em que o povo, por intermédio de eleições livres, decide de si mesmo e institui em seu exclusivo proveito os termos da convivência social.

Cumpra às classes produtoras compartilhar do esforço coletivo pela ascensão do nível de vida de todos os brasileiros.

O nosso povo é unido, a sua sólida formação crista preserva-o do espírito de ódio e violência. Não deseja o mal de ninguém, mas quer participar — e a isso tem o direito — dos bens que a riqueza nacional já lhe pode proporcionar.

E para todos, pois, que — de coração aberto — neste dia quero apelar. Não é o apelo à tranquilidade dos braços cruzados, à serenidade da imobilização, mas o apelo à confluência dos bons esforços, à harmonia entre opiniões diversas que caracterizam o o processo democrático.

Que cada qual, tendo, lado a lado, o quadro dos seus direitos e dos seus deveres, se disponha, sempre que houver dúvida, a promover a preva-



lência dos últimos, que a hora é sobretudo dos deveres.

É a hora do apelo aos trabalhadores, para que confiem em que o seu experimentado companheiro de tantas campanhas memoráveis não há de ser, em qualquer emergência, indiferente às suas reivindicações justas e legítimas.

O Presidente da República, para ser fiel ao Brasil e não se tornar impossibilitado de servir aos trabalhadores, precisa, mais do que nunca, da sua colaboração, da sua compreensão, da sua ajuda, enfim, da sua amizade confortadora.

Para isso, basta que os trabalhadores se conservem fiéis à ordem constituída e se revelem imunes às agitações estereis ou às perturbações dos que pretendem transformar movimentos justos em pretextos para encobrir ambições de natureza ilegítima.

É hora do apelo aos empregadores, aos materialmente mais felizes ou melhor dotados, para que vejam e sintam que não há maneira mais indicada de resguardarem os próprios direitos do que usá-los com visão social e humana, reconhecendo que esses direitos são frutos de uma ordem jurídica que não teria forças para sobreviver sem corrigir a espoliação que sofrem milhões de brasileiros.

Sei perfeitamente que a murmuração cresce em todas as camadas populares, em face do incontrolável e incessante aumento do custo de vida.

Se é forçoso reconhecer que esse indesejável fenômeno pertence à dinâmica do nosso processo econômico, sabemos, por outro lado, que existem meios para conter, dentro de limites aceitáveis, o desvirtuamento do poder de compra.

De todos, é este o mais grave dos problemas que me inquietam. Se não conseguirmos dominar o aumento do custo de vida, de nada valerá tudo o mais que fizermos, pois seremos esmagados pelas consequências dessa fatal enfermidade.

O ano de 1962 deve marcar a concentração dos esforços de todos no combate, permanente e objetivo, ao agravamento do custo de vida, problema fundamental para todos os brasileiros e do qual pode depender a própria sobrevivência das nossas instituições democráticas.

O homem brasileiro quer trabalho condigno, quer terra para plantar, escolas onde estudar, hospitais onde se socorrer, um mínimo de conforto e de satisfação espiritual. Ninguém deverá atuar senão no sentido de lhe oferecer esses bens a que tem direito.

Qualquer decisão política que se oponha a tais finalidades, ou simplesmente ignore a premência da sua satisfação, será considerada antissocial e tornar-se-á responsável pelo incremento da tensão rein-

dicatória das classes menos favorecidas.

O ano que se inaugura será, sem dúvida, difícil para o Governo, que se vê a braços com situações graves que lhe foram legadas, acrescidas de outras, resultantes de erros acumulados ou causados pela imperfeição da atual máquina administrativa.

Anima-me, porém, uma fé inquebrantável no futuro desta poderosa nação, que encontrará em si mesma, brotando do seu próprio seio, as energias de que necessita para transpor todos os obstáculos.

As ocorrências políticas de agosto [renúncia de Jânio Quadros], que quase precipitaram o País na luta fratricida, tiveram, entretanto, a virtude de demonstrar a perfeita comunhão entre o sentimento do povo e a atuação das Forças Armadas, na defesa, intransigente da legalidade.

Um país que necessita desenvolver-se não se aproxima desse objetivo senão à custa de ingente sacrifício. Superar o subdesenvolvimento não é resultado espontâneo do processo econômico, abandonado a si mesmo. O desenvolvimento exige, ao contrário, planejamento e direção política para fazer-se de forma harmoniosa, consequente, não por surtos locais descontraídos, que agravam as disparidades regionais. Estas só serão eliminadas, pelo desenvolvimento concebido e executado segundo um plano nacional, que corrija os desníveis entre regiões e a todas beneficie por igual.

Não teríamos, no entanto, a visão exata da nossa realidade, se a considerássemos exclusivamente no seu panorama interno, destacando-a do contorno internacional. Também neste cenário, o ano que se extingue foi cheio de acontecimentos significativos, auspiciosos uns, inquietantes outros, que podem trazer, no ano próximo, situações delicadas a que o nosso país terá de fazer frente.

Para nos orientarmos, porém, nas conjunturas que se apresentarem, possuímos o fio de uma tradição de respeito aos direitos de todos os povos, e por eles é que nos deixaremos guiar em qualquer eventualidade.

Somos membros de uma fraternidade de nações latino-americanas que, por enquanto, sofrem, umas um pouco mais que outras, da mesma deplorável condição de subdesenvolvimento econômico, que as irmanam na tarefa comum de levantar o nível de existência das suas populações.

Esta realidade estabelece as condições objetivas de uma política unitária de todas elas. Compreendemos a política de superação do desenvolvimento na perspectiva continental, dispostos a participar de todos os esforços que venham a ser propostos por qualquer membro da nossa comunidade de Nações, visando às ações

coletivas que tenham por fim melhorar o nível de vida das populações.

Acredito que, sem vigoroso impulso interno e sem franca e leal colaboração, as nossas nações dificilmente se erguerão, em tempo hábil, do estado de pauperismo em que se encontram.

O Brasil não fugirá aos seus compromissos de nação pacífica, desejava de manter universais relações de amizade. Ampliamos nossa área de convivência internacional, restabelecendo comunicações com povos cujo regime difere do nosso pela filosofia que o inspira e da qual pessoalmente discordo.

Mas nem por isso deixo de ver como resultado vantajoso o estabelecimento de relações com todos os países, porque o fato significa o alargamento da nossa projeção internacional e novas possibilidades de expansão econômica.

A política exterior do Governo tem obedecido ao princípio inalterável de respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda da nossa própria independência. Já vai longe o tempo em que o Brasil se podia considerar isento de responsabilidades nas grandes questões internacionais. Somos, hoje, uma das nações democráticas mais populosas e as nossas tradições jurídicas e políticas nos conferem autoridade para levarmos uma ação construtiva ao debate dos grandes problemas do mundo contemporâneo, procurando sempre contribuir, com o melhor dos nossos esforços, para a preservação e o fortalecimento da paz.

Meus patrícios:

Homem simples, homem comum, homem endurecido no combate cotidiano, no contato igual com os humildes, fazendo do diálogo permanente com eles a fonte constante da minha inspiração, a verdade é que o poder não me deslumbra e suas ostentações, longe de me seduzirem, só me trazem constrangimento, e não consigo incluir senão no rol dos meus deveres mais penosos.

Só compreendo o poder como instrumento para o bem coletivo, sujeito, sempre, à revisão e à confirmação das manifestações populares, aos debates e às críticas, democraticamente exercidas, e só o aceite enquanto conduz à realização do seu objetivo justificador.

Mais ligado por uma vivência diuturna aos problemas dos trabalhadores, cujos sofrimentos conheço como se fossem meus e de cujo patriotismo jamais tive motivos para descreir, saberei buscar, no exemplo singular do Presidente Getúlio Vargas, as inspirações para o equilíbrio, que hei de manter no exercício do meu mandato, não, evidentemente, como um indiferente, mas como um árbitro, orientado por senti-



Presidente João Goulart recebe os bicampeões do Mundo, após a vitória no Chile, em 1962; ao seu lado, Garrincha e Pelé (foto: Ag. Nacional)

mentos de equidade e de justiça social, disposto a extrair do diálogo democrático, livremente manifestado, as verdades e as constantes para as decisões que convenham ao Brasil, que é maior do que todos nós, na sua disposição de lutar e de vencer o subdesenvolvimento, a pobreza e a injustiça.

Não tenhamos receio dos dias que iremos atravessar no ano que se inicia, embora eles possam vir marcados por dificuldades e preocupações, pois saberemos vencê-las com espírito de luta e vontade de servir aos altos ideais nacionais.

O ano que ora finda foi agitado, mas de suas horas incertas saímos revigorados na decisão de continuarmos unidos, caminhando firmes para os nossos irrevogáveis objetivos. Nenhum motivo de temor me assalta no instante em que transpomos o limiar de 1962. Com a ajuda de Deus, quero dizer a todos vós, brasileiros das cidades e dos campos, homens e mulheres, jovens e anciões, que nada deterá a marcha desta Nação, marcada pelo signo da grandiosidade nas suas dimensões físicas e no seu destino histórico.

De mim, como seu Presidente, só um apelo constante ouvi-reis: o apelo à união, à ordem, ao trabalho, à amizade e à paz.

Esta é a mensagem que desejo transmitir-vos e que, estou certo, será recebida com integral consonância em vossos corações.

Quando amanhã, passado o dia festivo, reencetarmos o labor diário, lembremo-nos de que, como povo, devemos trabalhar pelo desenvolvimento nacional, para fruir em paz e em liberdade os bens que produzirmos e para mostrarmos-nos dignos do ideal cristão de fraternidade que nos anima e justifica a nossa vida e a nossa luta.

Brasileiros:

Nesta noite de alegrias e de esperanças, dirijo-me a todos os meus patrícios, de todos os rincões da Pátria, para dizer-lhes que as suas preocupações, as suas dificuldades, ocupam permanentemente o meu pensamento; para dizer-lhes que temos muitas razões para acreditar que, mercê do nosso esforço e do nosso patriotismo, o ano que amanhã se inicia será mais generoso para todos os brasileiros.

Em nome do Brasil, em nome das nossas tradições cristãs, rogo a Deus para que derrame suas bênçãos sobre o bravo povo brasileiro; que conceda, em sua infinita compreensão, as maiores felicidades a cada um dos brasileiros, para que possamos todos, irmanados no mesmo ideal, lutar pela grandeza da Pátria comum, cujos altos destinos haveremos de construir com o nosso trabalho e a nossa fé, a fim de torná-la cada vez mais forte, mais justa e mais independente.

Que Deus faça de 1962 o ano da paz e da concórdia para a grande família brasileira.

Continua na próxima edição